

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS TOLEDO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGRONEGÓCIO**

DALIANE RAHMEIER DA SILVA

**AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DO COOPERATIVISMO EM
ASSENTAMENTO RURAL COLETIVO: o caso da Cooperativa de Produção
Agropecuária Vitória**

**TOLEDO
2007**

DALIANE RAHMEIER DA SILVA

**AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DO COOPERATIVISMO EM
ASSENTAMENTO RURAL COLETIVO: o caso da Cooperativa de Produção
Agropecuária Vitória**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Desenvolvimento
Regional e Agronegócio da Universidade
Estadual do Oeste do Paraná, como requisito
parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Erneldo Schallenberger

**TOLEDO
2007**

DALIANE RAHMEIER DA SILVA

**AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DO COOPERATIVISMO EM
ASSENTAMENTO RURAL COLETIVO: o caso da Cooperativa de Produção
Agropecuária Vitória**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Erneldo Schallenberger
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Valdir Roque Dallabrida
Universidade Regional do Noroeste do Estado do
Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Silvio Antônio Cognese
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Toledo, março de 2007.

Ofereço esse trabalho:

- A Deus, única presença, causa e substância de tudo.
- Ao meu filho amado, Yohann, razão da minha vida.
- Ao meu esposo, Edílson, pela força e incentivo.
- Aos meus queridos pais, pelo imenso carinho e compreensão.

AGRADECIMENTOS

- Com todo o meu amor e todo meu coração a tudo que Ele, Deus, tem me concedido, e agora, em especial, à conclusão dessa dissertação.
- Ào meu esposo e a meu filho, pelo carinho, paciência e a compreensão das ausências.
- À minha família, pelo apoio e carinho.
- Ao Programa de Pós-Graduação da UNIOESTE, pela oportunidade.
- Ao meu orientador, Prof. Dr. Erneldo Schallenberger, pela competência como educador, atenção, orientação e amizade.
- Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, pela acolhida desde a chegada na universidade.
- À Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória, em especial para meu tio, Ildo Calza, pela acolhida, liberação e desprendimento na realização da pesquisa, principalmente na coleta dos dados.
- Aos colegas de pós-graduação, pela amizade, pelo apoio e incentivo em todos os momentos.

SILVA, Daliane Rahmeier. Cooperativismo coletivo e agricultura familiar: o caso da Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo, 2007.

RESUMO: A realização do presente estudo objetivou analisar uma das formas de inserção cooperativista para diagnosticar a viabilidade da agricultura familiar através do cooperativismo de produção num assentamento coletivo. Definiram-se como hipóteses que a agricultura familiar é um conceito que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares; e também a cooperativa de produção agropecuária é uma forma de manter e viabilizar o agricultor familiar no campo. Os resultados do estudo de caso demonstraram que o cooperativismo coletivo, concretizado na relação de produção, na forma de participação e distribuição, forneceu a base para o desenvolvimento da COPAVI, localizada na região noroeste do Estado do Paraná. De maneira geral, a realização da pesquisa junto à cooperativa conduziu-se pela aceitação das hipóteses formuladas. Sobre a primeira hipótese, verificou-se que a agricultura familiar se adapta em realidades, em que é pertinente considerar que o modelo analisado - o cooperativismo coletivo - sob a forma da cooperativa de produção agropecuária, apresenta-se como o que tem melhores possibilidades de realizar uma exploração intensiva, podendo proporcionar maior rendimento aos agricultores devido ao volume de produção e da agroindustrialização construída pela cooperativa. Em relação à segunda hipótese, o estudo evidenciou que a organização e as formas de participação da cooperativa, num ambiente coletivo fundamentado num processo de planejamento do espaço e das ações, possibilitou a materialização de estruturas produtivas e de suporte, viabilizando a permanência dessas famílias na agricultura. Vale ressaltar, porém, que tal forma de organização cooperativa e de otimização do trabalho coletivo só é possível quando as famílias se adequam ao sistema e apresentam o mesmo ideal, pois todos têm os mesmos direitos e o mesmo valor econômico e social.

Palavras-chave: Cooperativismo. Agricultura familiar. Cooperação. Participação

SILVA, Daliane Rahmeier. Collective Cooperatives and family agriculture: the case of the Cooperative of Agricultural Production Vitória. 2007. Dissertation (Master's degree in Regional Development and Agronegócio) - State University of the West of Paraná. Toledo, 2007.

ABSTRACT: The accomplishment of the present study aimed at to analyze one in the ways of insert cooperatives to diagnose the viability of the family agriculture through the production cooperatives in a collective establishment. They were defined as hypotheses that the family agriculture is a concept that incorporates a diversity of specific and private situations; and also the cooperative of agricultural production is a form of to maintain and to make possible the family farmer in the field. The results of the case study demonstrated that the collective cooperatives, rendered in the production relationship, in the participation form and distribution, it supplied the base for the development of COPAVI, located in the northwest area of the State of Paraná. In a general way, the accomplishment of the research close to the cooperative behaved for the acceptance of the formulated hypotheses. On the first hypothesis, it was verified that the family agriculture adapts in realities, in that it is pertinent to consider that the analyzed model - the collective cooperatives - under the form of the cooperative of agricultural production, he/she comes as what has better possibilities to accomplish an intensive exploration, could provide larger income to the farmers due to the production volume and of the agroindustrialização built by the cooperative. In relation to the second hypothesis, the study evidenced that the organization and the forms of participation of the cooperative, in a collective atmosphere based in a process of planning of the space and of the actions, it made possible the materialization of productive structures and of support, making possible the permanence of those families in the agriculture. It is worth to stand out, however, that such form of cooperative organization and of optimization of the collective work it is only possible when the families are adapted to the system and they present the same ideal, because all have the same rights and the same economical and social value.

Word-key: Cooperatives. Family agriculture. Cooperation. Participation

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	ix
LISTA DE GRÁFICOS	x
LISTA DE QUADROS	xi
LISTA DE TABELAS	xii
1 INTRODUÇÃO	13
1.1 PROBLEMA	18
1.2 HIPÓTESE	21
1.3 OBJETIVOS	22
1.3.1 Objetivo Geral	22
1.3.2 Objetivos Específicos	22
1.4 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	23
1.5 JUSTIFICATIVAS E RESULTADOS ESPERADOS	24
1.6 METODOLOGIA	25
2 COOPERATIVISMO E AGRICULTURA FAMILIAR	30
2.1 HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO: MUNDO, BRASIL E PARANÁ	32
2.2 PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS: ROCHDALLE E ACI	38
2.3 PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA NO MOVIMENTO COOPERATIVISTA	43
2.4 FUNDAMENTOS DO COOPERATIVISMO AGRÍCOLA E DE PRODUÇÃO	46
2.4.1 Cooperativas agrícolas	47
2.4.2 Cooperativas de produção	48
2.4.3 Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs)	50
2.5 COOPERATIVISMO COMO FORMA DE VALORIZAÇÃO DO TRABALHO E DA PRODUÇÃO	52
2.6 A PROBLEMÁTICA DA AGRICULTURA FAMILIAR	54
2.7 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA	60
3 ORGANIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR ATRAVÉS DA COOPERAÇÃO EM ASSENTAMENTOS RURAIS	64
3.1 REFORMA AGRÁRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS NA AGRICULTURA BRASILEIRA	65
3.1.1 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	68
3.2 ASSENTAMENTOS RURAIS	73
3.3 COOPERAÇÃO AGRÍCOLA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS	74
3.3.1 Princípios da Cooperação no Sistema de Cooperativas dos Assentados	78
4 TRAJETÓRIA HISTÓRICA E SOCIOECONÔMICA DA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA VITÓRIA	81
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	81
4.2 HISTÓRICO DA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA VITÓRIA (COPAVI)	85
4.3 FORMA DE ORGANIZAÇÃO DA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA VITÓRIA	91
4.4 FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA VITÓRIA	97
5 VOLUME DE PRODUÇÃO E RESULTADOS ECONÔMICOS DA COOPERATIVA ..	102
5.1 VOLUME DE PRODUÇÃO DA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA VITÓRIA	103
5.2 RESULTADOS ECONÔMICOS E FORMAS DE DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA VITÓRIA	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Formas de cooperação agrícola	77
FIGURA 2: Localização do Município de Paranacity/PR	81
FIGURA 3. Organograma da COPAVI	94

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Escolaridade dos Habitantes do Assentamento Santa Maria	90
GRÁFICO 2. Evolução (R\$) da Atividade Leiteira	110
GRÁFICO 3. Evolução (R\$) da Atividade da Cana	111
GRÁFICO 4. Evolução (R\$) da Atividade da Horta	112
GRÁFICO 5. Evolução (R\$) das Vendas da COPAVI	113
GRÁFICO 6. Valor das Vendas (R\$) no Período de 2002 a 2005 da COPAVI	114
GRÁFICO 7. Valor Total das Vendas (R\$) no Período de 2002 a 2005 da COPAVI .	114

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. Números do cooperativismo por ramo de atividade - Brasil 2004	35
QUADRO 2. Crescimento do cooperativismo brasileiro	36
QUADRO 3. Evolução dos principais indicadores do cooperativismo paranaense no período de 2000 a 2004	37
QUADRO 4. Estabelecimentos Agropecuários segundo as Atividades Econômicas no Município de Paranacity	84
QUADRO 5. Descrição da Infra-Estrutura Instalada na COPAVI	88
QUADRO 6. Relação Patrimonial da Cooperativa de Produção Agrícola Vitória, 2006	109

LISTA DE TABELAS

TABELA 1.	Brasil – Estabelecimento, área, valor bruto da produção (VBP) e financiamento total (FT)	60
TABELA 2.	Brasil - Agricultores Familiares – Estabelecimento, área, VBP e financiamento total segundo as regiões	61
TABELA 3.	Brasil - Agricultores Familiares - Participação percentual das regiões	62
TABELA 4.	Brasil – Agricultores Familiares - Área média dos estabelecimentos segundo os grupos de área total.....	63
TABELA 5.	Brasil - Famílias Assentadas - Período 1964-1994	71
TABELA 6.	Número de Estabelecimentos por Estratos de Área no Município de Paranacity	82
TABELA 7.	Número de Estabelecimentos, Área e Valor Bruto da Produção no Município de Paranacity	83
TABELA 8.	Paranacity - Área Colhida, Produção, Rendimento Médio e Valor da Produção Agrícola	84
TABELA 9.	Idade da População da COPAVI, 2006	89
TABELA 10.	Quantidade média de horas/mês trabalhadas na COPAVI	99
TABELA 11.	Evolução da Produção Agropecuária da COPAVI	105
TABELA 12.	Valor Agregado à Produção Agropecuária da COPAVI	115
TABELA 13.	Receita Total da COPAVI, Média de Trabalhadores, Sobras Distribuídas e Valor da Hora Trabalhada – 1994 a 2004	116
TABELA 14.	Comparativo da Renda dos Cooperados da COPAVI com o Salário Mínimo do Brasil e os Rendimentos dos Domicílios Rurais do Paraná	117

1 INTRODUÇÃO

Durante os três primeiros séculos, no período colonial no Brasil, segundo Szmrecsanyi (1990), predominava a grande lavoura, centrada na grande propriedade fundiária, na monocultura de exportação e no trabalho escravo, cujo objetivo era a exploração dos recursos naturais, da agricultura, da extração de minério e do trabalho servil.

De acordo com Araújo e Schuh (1977), no período entre o fim da II Guerra Mundial e o início da década de 1960, as políticas agrícolas brasileiras oscilavam entre uma negligência geral ao setor e programas que discriminavam a agricultura, forjando um modelo de substituição de importações e a industrialização acelerada.

A partir dos anos de 1962-1963, com a crise alimentar, começou, contudo, a ser conduzido um interesse maior em mudar a política agrícola. Assim, diversos tipos de programas creditícios têm sido utilizados em todo o mundo para tratar dos problemas de desenvolvimento da agricultura.

Desta forma, Todaro (1981, p. 354) observa que:

Na maioria das sociedades tradicionais a agricultura não é apenas uma atividade econômica, mas um modo de viver e qualquer tentativa governamental de modificar essa agricultura tradicional têm de levar em conta que, além de adaptar a estrutura da fazenda para que atenda à demanda de maior produção, ainda serão necessárias mudanças profundas que atinjam toda a estrutura social, política e institucional das sociedades rurais. Sem essas mudanças, o desenvolvimento agrícola jamais será iniciado, ou o já amplo hiato entre os poucos e ricos grandes senhores de terras e a massa de empobrecidos arrendatários, pequenos proprietários e trabalhadores sem terra simplesmente aumentará.

Diante desse quadro, muitos dos antigos costumes e formas de trabalho foram rompidos na agricultura, que atualmente está subordinada às indústrias, verificando-se que esse processo de modernização da agricultura brasileira

provocou importantes transformações, tanto no que se refere à organização do trabalho quanto dos meios de produção.

Hoje, no Brasil, observa-se um cenário onde a grande propriedade patronal tem que dividir espaço com a agricultura familiar, surgindo, assim, muitas preocupações com o lugar que a agricultura familiar ocupa no quadro atual.

De acordo com Bourdieu (1982), na sociedade capitalista, o desenvolvimento baseia-se numa divisão do trabalho altamente complexa e diferenciada ao que corresponde uma sociedade de classes, cujas posições respectivas e cujo peso relativo encontram seu fundamento nas formas pelas quais se reparte o produto do trabalho.

Uma vez revelada a economia em sua verdade objetiva, enquanto domínio autônomo da realidade, a tarefa de dissimulação e transfiguração das relações de classe passa a requerer um trabalho institucionalmente organizado (BOURDIEU, 1982).

A discussão sobre a importância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro tem, portanto, adquirido força nos debates atuais sobre desenvolvimento, geração de emprego e renda, fixação do homem no campo, entre outros fatores, acarretando questionamentos sobre os conceitos e a importância da agricultura familiar no contexto do país.

Observa-se, também, que o tema agricultura familiar tem sido amplamente considerado no meio acadêmico e científico, devido à sua importância política, social e econômica para o país, pois, segundo Veiga (1994), para que se venha a ter um desenvolvimento sustentável, a sociedade brasileira deverá optar pelo fortalecimento e expansão da agricultura familiar.

De acordo com Abramovay (1992), mesmo durante as fases da agricultura colonial e, mais claramente, no que hoje se denomina agricultura familiar, estaremos sempre fazendo referência a uma forma de organização do trabalho e da produção que se distingue do campesinato em face da natureza de seus vínculos sistemáticos com o mercado. Segundo o autor, a diferença entre a agricultura familiar e o campesinato está na não-integração do camponês aos diversos mercados, ou seja, não está na integração ao mercado, mas, sim, na luta política contra o capital, que são os grupos identificados como campesinatos.

Chayanov (apud WOLF, 1976) distingue a agricultura camponesa como uma economia familiar, tendo sua concepção de lucro voltada para o sustento familiar e não para o acúmulo de excedentes. Na medida em que as exigências da família são satisfeitas, o camponês e sua família trabalham segundo formas, em geral, antilucrativas em uma economia capitalista, uma vez que o principal objeto da economia camponesa é a satisfação do nível anual de consumo da família.

O campesinato e a agricultura familiar são categorias distintas, embora o elemento comum entre ambos seja a forma de organização da unidade de produção, ou a predominância familiar no que se refere à força de trabalho que nele atua.

Lamarche (1993) faz essa diferenciação de modo bastante claro: ele vê a exploração familiar como uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família, e a exploração camponesa como um conceito de análise que define um modelo de funcionamento bem particular de exploração agrícola. Assim, o campesinato é uma modalidade de agricultura familiar, em que a formação social tem suas particularidades. Segundo o autor, a exploração familiar, tal como a concebe, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência

desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração.

Sendo assim, observa-se que uma das alternativas de sobrevivência da agricultura familiar no campo é o cooperativismo, pois pode ser visto como viável ao desenvolvimento da agricultura familiar, uma vez que pode ser compreendido como o meio pelo qual uma comunidade se une na busca de uma organização para vencer as dificuldades que o produtor não conseguiria isoladamente vencer.

De acordo com Schneider (1991), o cooperativismo é um processo dinâmico e diversificado, segundo as particularidades de cada situação econômica, social e cultural das diversas regiões. É importante ter certa destreza na reinterpretação dos princípios¹, que, com normas práticas da cooperação, devem adequar-se a uma realidade em rápida transformação e a culturas diferentes.

As cooperativas podem, portanto, ser caracterizadas como um instrumento a ser utilizado na defesa e na promoção dos interesses dos pequenos e dos setores de baixa renda, cuja democracia-participação se reveste de extrema importância para que os seus interesses sejam efetivamente atendidos. Surgem, então, as cooperativas agrícolas, trabalhando com a proposta de “modernizar” ou “industrializar” as áreas rurais, exercendo o papel de melhoramento do setor primário, mantendo, assim, a agricultor e sua família inseridos no mercado, para que não desapareçam da agricultura.

Schneider (1991, p. 25) aponta que, o cooperativismo, devido à natureza específica de sua organização, de caráter fundamentalmente democrático e

¹ Princípios cooperativistas, segundo Valadares e Pereira (1995): adesão livre; gestão democrática; distribuição de sobras; taxa limitada de juros ao capital social; constituição de um fundo para educação dos cooperados e do público em geral; ativa cooperação entre as cooperativas; autonomia; expansão ou constante evolução.

autônomo, tem um papel peculiar a desempenhar no processo de desenvolvimento e no avanço da democracia participativa na sociedade em geral.

O cooperativismo contribui, portanto, para uma melhor aceitação das decisões de aumentar a motivação, para uma maior união interna e compromisso, maior satisfação dos indivíduos na organização e melhor solução dos conflitos internos.

Para Kautsky (1968), o campesinato significava o atraso econômico e social no campo, pois sua reprodução era resultado de um processo de auto-exploração que se aproximava da barbárie.

O autor pressupõe que,

apegado a seu pedaço de terra, o camponês, em geral sempre desconfiado, o seria em particular diante da organização, porque as condições atuais de seu trabalho e de sua vida o isolam ainda mais do que o artesão, desenvolvendo menos que neste as virtudes sociais (KAUTSKY, 1968, p. 148).

Marx abordou a questão dos camponeses como um grupo de bárbaros miseráveis, que dificultavam o progresso econômico, rumo à sociedade moderna. Chegou a defender a tese do desaparecimento dos camponeses. Para ele, o camponês era um estorvo à evolução histórica, uma classe reacionária fadada à ruína. Marx via na comuna campesina russa um submundo arcaico, de pobreza material e débil contra as forças exploratórias externas (Marx, apud Shanin, 1990).

É, portanto, neste contexto de negação histórica do campesinato que o cooperativismo é pensado por Kautsky. Logo, como não há lugar para o campesinato, o cooperativismo é defendido e proposto ao proletariado.

Para Kautsky (1968, p. 148):

Unicamente aqueles que só têm a perder seus grilhões, unicamente os elementos que a exploração capitalista formou no trabalho em comum, podem estabelecer a produção cooperativa. Neles, a luta organizada contra a exploração capitalista desenvolveu as virtudes sociais, a confiança na coletividade, o devotamento à comunidade, a subordinação voluntária à sua lei.

As pessoas que abraçam um objetivo comum para atender cooperativamente às suas necessidades imediatas de ordem econômica e social estabelecem entre si direitos e deveres iguais e, ao tomarem decisões na cooperativa, orientam-se pelo princípio de que “um homem é igual a um voto” (e não pela quantidade de capital investido na organização), em que o associado, como “dono”, deve retornar à prática efetiva da democracia, participando mais, através de novas instâncias de participação, além da assembléia geral.

O movimento social é, neste sentido, um conjunto de referências simbólicas, num campo de valores e de práticas sociais, que vai sendo construído na memória e na ação coletiva, penetrando em vários níveis: nas relações familiares, comunitárias e societárias, no local, no nacional e no planetário (ROSSIAUD e SCHEREWARREM, 2000).

A nossa apreensão está voltada, portanto, para a agricultura familiar e o movimento cooperativista, surgidos através do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

1.1 PROBLEMA

Segundo Elicher e Correa (1998), uma unidade de produção pode ser compreendida sob os aspectos da distribuição dos recursos da terra e do trabalho.

Essa produção visa atender às necessidades básicas de seus membros e, também, à demanda dos mercados consumidores.

Para Araújo e Schuh (1977, p. 252):

O elemento-chave no processo do desenvolvimento da agricultura é o fator humano – a capacidade, habilidade e vontade de mudar, mas o desenvolvimento agrícola não é determinado exclusivamente pelo comportamento econômico dos proprietários, ele também é determinado pelo ambiente econômico dentro do qual os agricultores trabalham.

Os proprietários e cultivadores de terra jamais podem ter interesse em limitar ou desestimular a atividade dos comerciantes, artífices e manufatores, pois quanto maior for a liberdade de que desfrute essa classe, tanto maior será a concorrência em todos os setores que a compõem. Na perspectiva de que o campo fornece à cidade os meios de subsistência e os materiais a serem manufaturados, as riquezas provenientes da agricultura são muito mais duráveis, não podendo ser destruídas.

Say (1983) afirma que a terra tem a faculdade de transformar e de tornar próprias para uso grande variedade de matérias, por meio de uma ação que a arte ainda não conseguiu imitar, onde a sua ação na produção de todas essas coisas pode ser chamada de “o serviço produtivo da terra”.

Neste contexto, encontram-se inseridas as discussões sobre a sustentabilidade de propriedades agrícolas. Estas podem superar muitos obstáculos que são enfrentados tanto na cidade quanto no campo, na medida em que auxiliam o processo de crescimento econômico

Se a temática da reforma agrária vem ocupando espaço crescente no debate acadêmico - nas instituições e na sociedade em geral, dado o potencial da sua contribuição na resolução de graves problemas brasileiros, tais como a concentração de renda e o desemprego, pouco se discute sobre a viabilidade social

e econômica dos assentamentos de reforma agrária, reforma esta associada a uma política efetiva de fixação das famílias no campo.

As condições em que se encontram as famílias no campo são destacadas em um relatório de pesquisa o qual demonstra que 19 milhões de pessoas residentes no meio rural do país (53% do total) estão abaixo da linha da pobreza, vivendo com menos de um quarto de salário mínimo *per capita*, ou seja, com menos de US\$20 mensais, em maio de 2004 (AZEVEDO, 1998).

Por outro lado, a simples distribuição de terras a quem necessita não é suficiente para resolver problemas nacionais. Faz-se necessária uma política governamental para a reforma agrária visando à transformação da estrutura agrária brasileira, ao fortalecimento da agricultura familiar e à promoção do desenvolvimento sustentável em, pelo menos, três dimensões - econômica, social e ecológica.

Dentro desse contexto, podemos adotar como objeto de estudo a Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA), enfatizando a importância da organização social e produtiva e o uso de ferramentas gerenciais, que podem contribuir para a viabilidade econômica dos empreendimentos que, segundo a Concrab (1998), nas CPAs, a terra permanece sob controle do coletivo. A não ser a pequena parcela destinada à produção de subsistência de cada associado, todos os investimentos estão sob controle e em nome da CPA e o planejamento da produção é coletivo.

São estas novas formas de ações coletivas que se tornam objeto de investigação do presente trabalho.

Diante desse contexto, analisaremos a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI), surgida através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), localizada no município de Paranacity, noroeste do Estado do Paraná, a 110 km de Maringá.

A ocupação da Fazenda Santa Maria iniciou-se em 1988, contemplando as famílias que faziam parte da reforma agrária, estando inseridas no MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), provenientes de várias regiões do Estado.

Segundo o MST, a reforma agrária implica a realização de parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira de construir uma sociedade justa e igualitária, propondo algumas medidas necessárias para a democratização da propriedade da terra e dos meios de produção. Para isso, elaboraram a proposta de uma forma organizativa de cooperação agrícola para os assentamentos, que surgiu a partir de 1990, com as Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs).

Ao escolher práticas e modelos de cooperativismo para a viabilização da agricultura familiar como objeto de estudo, considerou-se, portanto, essa forma de cooperativismo como um espaço possível para a instrumentalização da participação democrática.

O problema da pesquisa está, portanto, em examinar se o cooperativismo de produção agrícola é uma estratégia de viabilização do trabalho, da propriedade e da produção da agricultura familiar numa economia de mercado.

1.2 HIPÓTESE

A hipótese da presente pesquisa parte do entendimento de que o cooperativismo de produção agrícola representa uma estratégia de viabilização do trabalho, da propriedade e da produção da agricultura familiar numa economia de mercado, tendo como eixo norteador as seguintes hipóteses:

- a. A agricultura familiar é um conceito que se incorpora numa diversidade de situações específicas e particulares, inclusive o cooperativismo coletivo.
- b. A cooperativa de produção agropecuária é uma forma de manter e viabilizar o agricultor familiar no campo.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Essa dissertação tem como objetivo fazer um estudo sobre uma das formas de inserção cooperativista, ou seja, a cooperativa de produção agropecuária, onde se pretende diagnosticar a viabilidade do cooperativismo para a agricultura familiar a partir das experiências em questão, ou seja, através de assentamento rural coletivo.

1.3.2 Objetivos Específicos

Para que o objetivo geral possa ser atingido, são propostos os seguintes objetivos específicos:

- a) Relacionar as práticas de inserção cooperativa com os princípios cooperativistas, tendo em vista a valorização do trabalho e da produção.
- b) Analisar a organização e as formas de participação da COPAVI.
- c) Verificar as relações de produção e distribuição da COPAVI, tendo em vista os resultados econômicos e sociais.

1.4 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Tendo como base a análise das relações entre o agricultor familiar e o cooperativismo, optou-se pelo recorte espacial que contempla a situação, ou seja, onde se evidencia a presença de uma cooperativa de produção agropecuária que tem como origem agricultores familiares, como é o caso da COPAVI, que está localizada no município de Paranacity, localizado a 506 km da capital do Estado do Paraná.

O município de Paranacity localiza-se na Região Noroeste do Estado do Paraná, fazendo parte da Microrregião de Paranavaí, que faz divisa, ao norte, com o Estado de São Paulo e, ao oeste, com o Estado do Mato Grosso do Sul.

O município teve sua origem derivada de um patrimônio formado pela Imobiliária Progresso Ltda., sediada na cidade de Apucarana e proprietária de vasta área de terras na região. Em 1940, a citada empresa, depois de medir e demarcar, colocou à venda 6400 datas de terras e 200 chácaras, dando a denominação de Paranacity ao patrimônio.

Em 1953, foi elevado à condição de distrito administrativo e, em 1954, a município autônomo, ou seja, distrito criado com a denominação de Paranacity, pela Lei Municipal n.º 16, de 10-11-1953, subordinado ao município de Nova Esperança e elevado à categoria de município com a denominação de Paranacity, pela Lei Estadual n.º 253, de 26-11-1954, desmembrado de Nova Esperança.

1.5 JUSTIFICATIVAS E RESULTADOS ESPERADOS

O cooperativismo é um sistema de cooperação econômica que pode envolver várias formas de produção e de trabalho. Segundo Veiga e Fonseca (2001), o ideal cooperativista é reconhecido como um sistema adequado, participativo, justo, democrático e indicado para atender às necessidades e aos interesses específicos dos trabalhadores. É o sistema que propicia o desenvolvimento total do indivíduo por meio do coletivo.

Sendo o cooperativismo um setor que pode apresentar destaque entre os agricultores familiares, ou seja, é uma ferramenta de grande importância para a permanência desses agricultores no campo, não se pode negar a relevância desse segmento para o setor produtivo do país, pois há uma crescente necessidade de os produtores se adequarem a um mercado cada vez mais competitivo. Neste caso, trabalhando em cooperação, fica mais evidente a questão de participação por parte dos agricultores, isso porque, nas sociedades cooperativas, o cooperado assume, ao mesmo tempo, as funções de usuário da empresa e de proprietário da empresa, podendo, assim, participar de todas as decisões importantes para si.

Com isso, procura proteger a economia dos trabalhadores e se caracteriza por garantir a participação mais ampla possível dos cooperados dos frutos da atividade econômica.

Conforme aponta Bialoskorski Neto (2001), a atividade agrícola, no que diz respeito à agregação de valor, participa do mercado somente perto de 20%, enquanto o processamento e a distribuição representam perto de 70% do total da agregação. Esta é, portanto, a principal razão para a existência de estruturas econômicas intermediárias, como as cooperativas, pois estas possibilitam uma

diminuição de riscos e uma agregação de valor para os produtores rurais que, isoladamente, em muitos casos, não teriam condições favoráveis de relacionamento com estes mercados.

Assim, ao se escolher a cooperativa de produção agropecuária como objeto de estudo, considerou-se, nesse segmento, um espaço possível para a viabilização econômica da agricultura familiar.

Segundo Freire e Lagana (2001), a crescente importância econômica das cooperativas revela-se de diversas formas: na participação da produção e do PIB de determinados setores, na geração de emprego e de benefícios de renda para os cooperados, e nos efeitos indiretos para a atividade econômica em nível comunitário. O maior impacto direto das cooperativas no plano microeconômico é na renda adicional que gera para seus sócios.

As relações familiares comunitárias e de organizações dos agricultores familiares desencadearam, portanto, no processo de formação sociocultural e econômica uma base de desenvolvimento econômico solidário que pode ser observado através do cooperativismo (SCHALLENBERGER E HARTMANN, 1981).

1.6 METODOLOGIA

A utilização de um método científico em pesquisas é necessária para que as suas etapas de realização sejam conduzidas com o máximo de exatidão e objetividade, com foco e limitações devidamente especificadas. Segundo Gil (1999), para se chegar a resultados finais confiáveis e válidos, o trabalho de pesquisa realizado deve facultar a repetição em outro ambiente e condição.

Para Gil (1999), antes de se fazer escolhas entre as possibilidades de métodos de pesquisa, deve-se tratar da seleção e da delimitação de um problema de pesquisa relevante, onde a revisão bibliográfica assume importante papel, devendo-se chegar à sua formulação na forma de questões e objetivos a serem atingidos.

Dada a natureza do objeto de estudo e o percurso da aplicação de conceitos ao uso e à estruturação de noções aplicadas, optou-se por revelar a viabilidade do movimento cooperativo para a agricultura familiar realizando um estudo de caso, estudo de caráter descritivo e analítico, do tipo pesquisa qualitativa, mas complementada por elementos de análise quantitativa.

Conforme Baptista (1999), a abordagem quantitativa, quando não exclusiva, serve de fundamento ao conhecimento produzido pela pesquisa qualitativa. Ambas devem convergir, de forma sinérgica, na complementaridade mútua.

Yin (1994) informa que o estudo de caso tem como principal característica uma maneira exploratória de testar teorias e permitir a confirmação de resultados de outros estudos. Pode ser utilizado para explicar, descrever, avaliar e explorar situações, quando o pesquisador tem pouco ou nenhum controle sobre o evento.

Segundo Bruyne et al. (1991), o estudo de caso reúne informações tão numerosas quanto possíveis com vistas a apreender a totalidade de uma situação, devendo apoiar-se e guiar-se por um esquema teórico que serve de princípio diretor para a coleta de dados.

Foram realizadas duas visitas à cooperativa. Em cada uma, com duração de quatro dias, teve-se a intenção de analisar a percepção das forças produtivas e das relações de produção e distribuição, o processo de participação democrática, a

estrutura organizacional, bem como os resultados econômicos. Os métodos utilizados, portanto, foram: comparativo, histórico e estatístico.

Também houve a utilização de duas técnicas de pesquisa: a documentação indireta, que, segundo Lakatos e Marconi (1999), envolve o levantamento de dados através da pesquisa documental e da pesquisa bibliográfica; e a documentação direta, que, segundo os mesmos autores, constitui-se no levantamento de dados caracterizado pela pesquisa de campo, com os indicadores a serem abordados pelo método quantitativo-descritivo.

De acordo com Lakatos e Marconi (1999, p. 64), a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. E a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, tendo como função colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, anunciado ou filmado sobre determinado assunto.

A pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações ou conhecimento acerca de um problema para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar. Consiste na observação dos fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente (LAKATOS E MARCONI, 1999, p. 85).

A pesquisa quantitativo-descritiva realizada engloba o resultado dos dados primários coletados junto à cooperativa, referentes a 20 famílias participantes, com o intuito de identificar as principais características: sexo, idade, grau de escolaridade, origem, número de dependentes, ocupação anterior, tempo de participação na cooperativa, entre outros. Esses dados serão sistematizados em planilhas eletrônicas para análise estatística e socioeconômica.

A estrutura do trabalho, portanto, ficou organizada em cinco partes principais. Num primeiro momento, faz-se uma breve caracterização do tema, dos objetivos da pesquisa, da apresentação da problemática e sua forma de operacionalização.

É importante observar que, em todas as fases, a pesquisa bibliográfica estará presente, para reforçar a análise das informações colhidas *in loco*.

Num segundo momento, o estudo apresenta uma revisão de literatura sobre a problemática do cooperativismo e da agricultura familiar. O texto aborda o histórico do cooperativismo no mundo, no Brasil e no Estado do Paraná, bem como verifica os princípios cooperativistas e a participação democrática, os fundamentos do cooperativismo agrícola e de produção e o cooperativismo como forma de valorização do trabalho e da produção. No que se refere à agricultura familiar elaborou-se uma discussão sobre a sua problemática, como também foi traçado um perfil da agricultura familiar no Brasil.

O terceiro capítulo trata da organização da agricultura familiar através da cooperação em assentamentos rurais. Neste capítulo serão abordados os temas de reforma agrária e movimentos sociais na agricultura brasileira, e de como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) trabalha com a questão da reforma agrária e da cooperação agrícola nos assentamentos rurais.

No capítulo seguinte, será analisada a trajetória histórica e socioeconômica da cooperativa, através da caracterização da agricultura do município onde a cooperativa se localiza, além de relatar o histórico, a forma de organização e a participação da COPAVI.

O quinto capítulo analisa o volume de produção e os resultados econômicos, verificando o volume de produção, os resultados econômicos e as formas de distribuição desses recursos junto às famílias que formam a cooperativa.

As considerações finais são apresentadas no sexto capítulo.

2 COOPERATIVISMO E AGRICULTURA FAMILIAR

De acordo com Schneider (1991), o movimento cooperativista teve um rápido crescimento nos últimos anos, mas que, na América Latina e no Terceiro Mundo em geral, trouxe sérios desafios à preservação da autenticidade do ideário inicial cooperativo inspirado em Rochdale.

No caso das cooperativas do setor primário, a necessidade de adequar-se a um mercado cada vez mais competitivo obrigou muitas cooperativas a criar organizações grandes e complexas, pondo em risco o processo participativo interno, surgindo, assim, a necessidade de empenhar-se por mais gestão democrática e eficiência empresarial em tais cooperativas.

Cabe enfatizar que a cooperativa é uma empresa e uma sociedade de pessoas, devendo reunir os fatores de produção com a melhor eficácia e razão possível, onde os associados são, ao mesmo tempo, donos e usuários da organização cooperativa, devendo assumir efetivamente sua responsabilidade na escolha da direção, na definição das políticas da organização, visando ao atendimento das reais necessidades dos seus associados.

Conseqüentemente, como donos da organização, cabe aos usuários participar dos rumos da organização e exercer um contínuo acompanhamento e controle dos dirigentes.

De qualquer modo, o cooperativismo é um sistema de idéias, valores e forma de organização de pessoas para a valorização da produção de bens e serviços e de otimização do consumo.

De acordo com Schallenberger (2005, p. 128), cooperativismo:

[...] é a doutrina econômica que sustenta a associação livre e autônoma de pessoas, que se organizam em torno de um interesse comum, para promover solidariamente a realização de suas aspirações e a satisfação das necessidades de cada um, à medida que os objetivos e as necessidades de todos sejam alcançadas. É um sistema de organização socioeconômica fundamentado nos princípios da adesão livre e voluntária, da gestão democrática e solidária, da participação responsável, da limitação de quotas-parte do capital a cada associado, da distribuição eqüitativa dos resultados, da honestidade e da confiabilidade, da transparência e da ajuda mútua.

No que tange à agricultura familiar, observa-se que o reconhecimento da importância desse segmento no cenário econômico nacional é uma realidade cada vez mais concreta, onde o cooperativismo pode ser uma ferramenta pelo qual uma comunidade se congrega na busca de uma organização administrativa para vencer dificuldades que o produtor não conseguiria isoladamente. O cooperativismo, portanto, é um dos elementos que se completam como proposta de viabilização para a agricultura familiar.

Procurando abranger todos esses aspectos, o presente capítulo foi estruturado para abordar o histórico e a trajetória do cooperativismo, os princípios de acordo com Rochdale e a ACI, a participação democrática no movimento cooperativista, os fundamentos do cooperativismo agrícola e de produção, e a caracterização das Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA), bem como evidenciar o cooperativismo como valorização do trabalho e da produção.

Na seqüência, será evidenciado o debate sobre a agricultura familiar abordando a sua problemática e a sua representatividade no cenário agrícola do país.

2.1 HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO: MUNDO, BRASIL E PARANÁ

Segundo Schallenberger (2006), a primeira forma de organização baseada em comunidades e voltada a compor uma sociedade cooperativista em bases integrais deu-se, no atual território brasileiro, na antiga província jesuítica do Guairá², por volta de 1610, com a fundação das primeiras reduções jesuítico-guaranis. Calcado na solidariedade humana, onde o trabalho cooperativo visava ao suprimento do bem-estar da coletividade sobre o individualismo, esse modo de organização social foi desenvolvido na região platina por mais de 150 anos.

Entretanto, a primeira cooperativa em moldes rochdaleanos, foi criada em 1847, sob a liderança do médico francês Jean Maurice Faivre, à frente de um grupo de colonos europeus, inspirados nos ideais humanistas de Charles Fourier, dando vez à fundação da Colônia Tereza Cristina, no Paraná. Esta organização amalgamou os princípios do incipiente cooperativismo brasileiro, servindo de referencial aos novos empreendimentos coletivos.

No Brasil, a historiografia do cooperativismo pode ser caracterizada como vasta, porém polêmica, podendo ser dividida em dois tipos de estudo, conforme aponta Mendonça (2002):

- a) os doutrinários, pelo engajamento direto de seus autores junto às agências governamentais cooperativistas;
- b) os que estudam criticamente o assunto, focalizando-o sob o prisma de sua inserção na dinâmica de uma sociedade capitalista e seu significado no processo de reprodução do capital.

² A Província do Guairá, que corresponde a quase totalidade do território do atual Estado do Paraná, integrava as possessões coloniais espanholas.

O movimento cooperativista agrícola brasileiro surgiu no início do século XX, vinculado à necessidade de comercialização da produção e do abastecimento dos centros urbanos industriais, que cresciam rapidamente devido à industrialização. Até então o cooperativismo era um instrumento dos pequenos produtores para enfrentar a ação dos intermediários durante o período de comercialização dos excedentes da safra. O objetivo inicial era a defesa da remuneração do trabalho familiar, uma vez que a agricultura camponesa nessa fase não possuía nenhum instrumento de proteção (CORADINI e FREDERICQ, 1982).

Para Coradini e Fredericq (1982), a partir da década de 1930, com a crise econômica mundial, que provocou, entre outras ações, o fechamento do comércio mundial, fazendo com que o café brasileiro ficasse sem mercado, o Brasil passou a redirecionar o seu modelo de desenvolvimento econômico, no sentido de substituir a importação de bens duráveis pela industrialização.

Diante desse quadro, resultou que, em 1932, fosse publicado o Decreto Federal nº 22.239, que disciplinava a constituição e o funcionamento das cooperativas, facilitando e simplificando a sua fundação e isentando-as de uma série de impostos. A partir de então, o governo não só passou a regular a constituição de cooperativas, como procurou incentivar sua criação e expansão (VALADARES, 1990).

Por esse motivo, o cooperativismo agrícola passou a ser um instrumento governamental, que procurava a organização dos produtores agrícolas de acordo com os padrões do modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo governo.

Schneider (1982) aponta que, até 1930, o cooperativismo no Brasil caminhava muito lentamente. A crise econômica mundial estimulou a emergência de cooperativas, especialmente no Sul do país. A depressão de 1929 fez o governo se

interessar pelo cooperativismo, especialmente como instrumento de política agrícola. Foi a partir de 1932, com a implantação do Decreto Federal nº 22.239, do governo Getúlio Vargas, que se regulamentou a organização e funcionamento das cooperativas, verificando-se, nesta época, um surto relativamente apreciável do cooperativismo brasileiro. A partir de 1945, o governo passou a oferecer vários incentivos materiais e fiscais às cooperativas e, em 1951, foi criado o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC). A partir de 1966, o cooperativismo perde muitos incentivos fiscais e liberdades já conquistadas, levando ao fechamento de muitas cooperativas.

O cooperativismo precisa ser economicamente eficiente sem perder a finalidade social em relação aos associados. Na manutenção dessa dualidade associativa e empresarial, reside um dos maiores desafios do cooperativismo. Conforme o Quadro 1, o ramo do cooperativismo com maior número de cooperativas no Brasil é o de trabalho, seguido do agropecuário e de crédito. Quanto ao número de cooperados, o ramo com maior número é o de crédito, seguido pelo de consumo e agropecuário. O movimento econômico do cooperativismo no país representa cerca de 6% do produto interno bruto, segundo informações da OCB.

Em números gerais, o cooperativismo apresentou uma queda de 2,98% no total de crescimento cooperativista no período de 2003 a 2004. Um fator interessante para a nossa pesquisa foi notar que o setor agropecuário apresentou uma queda de 7,97%, enquanto o setor de cooperativas de produção teve um acréscimo de 20,35%, segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

QUADRO 1 – Números do cooperativismo por ramo de atividade - Brasil 2004

Ramo de Atividade	Cooperativas	Cooperados
Agropecuário	1.398	865.173
Consumo	144	1.820.531
Crédito	1.068	1.890.713
Educacional	311	66.569
Especial	9	326
Habitacional	356	128.940
Infra-estrutura	171	585.857
Mineral	37	48.846
Produção	136	25.490
Saúde	883	326.579
Trabalho	1.894	346.100
Transporte	715	52.793
Turismo e Lazer	14	1.741
T O T A I S	7.136	6.159.658

Fonte: Sistema de Informações - OCB

A Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR) revela que o cooperativismo agropecuário representa cerca de 53% da economia agrícola do Estado do Paraná (com um faturamento de 18 bilhões de reais no ano de 2004, correspondente a cerca de 18% do Produto Interno Bruto do Paraná), e participa de forma intensa em todo o processo de produção, beneficiamento, armazenamento e industrialização agropecuário, fazendo com que o cooperado seja, de forma direta ou indireta, um agente ativo no mercado interno e externo, bem como nas ações sociais em sua comunidade.

QUADRO 2 – Crescimento do cooperativismo brasileiro

Ramo	Número de Cooperativas em 2003	Número de Cooperativas em 2004	%
Agropecuário	1.519	1.398	(7,97)
Consumo	158	144	(8,86)
Crédito	1.115	1.068	(4,22)
Educacional	303	311	2,64
Especial	7	9	28,57
Habitacional	314	356	13,38
Infra-estrutura	172	171	(0,58)
Mineral	34	37	8,82
Produção	113	136	20,35
Saúde	878	883	0,57
Trabalho	2.024	1.894	(6,42)
Transporte	706	715	1,27
Turismo	12	14	16,67
T O T A L	7.355	7.136	(2,98)

Fonte: Sistema de Informações - OCB

Com o seu desenvolvimento, as cooperativas passaram a ser importantes instrumentos de difusão de tecnologias e implementadoras de políticas desenvolvimentistas, agindo, também, como elo de ligação entre o produtor rural e o governo. Isto ocorreu com a difusão do crédito rural, armazenagem, manejo e conservação de solos, manejo integrado de pragas, assentamento de agricultores, agroindustrialização, entre outros, transformando as cooperativas em agências de desenvolvimento econômico e social.

Hoje, as cooperativas são, em muitos municípios do Paraná, as mais importantes empresas da economia local, maiores empregadoras e geradoras de receitas, atuando em harmonia com o setor rural do Estado (OCEPAR, 2006).

Um dado relevante é a expressiva participação dos pequenos e médios produtores (área até 50 ha) nos quadros sociais das cooperativas. Representam 70% do total, o que evidencia a importância das cooperativas para esse segmento de produtores, que é normalmente o menos favorecido. Outro dado importante é a diversificação das cooperativas, operando com todos os produtos agrícolas importantes da economia paranaense, além de serem pioneiras na implantação de novas culturas e projetos (OCEPAR, 2006).

Segundo dados da OCEPAR, os indicadores de faturamento, geração de empregos e exportações estão muito à frente do alcançado nas cooperativas dos outros Estados brasileiros. Com referência ao cooperativismo agropecuário, este representa 55% do PIB agropecuário paranaense e, nas exportações, os US\$ 992 milhões representaram, em 2004, 49,5% do total exportado pelas cooperativas brasileiras, conforme aponta o Quadro 3.

QUADRO 3– Evolução dos principais indicadores do cooperativismo paranaense no período de 2000 a 2004

Cooperativismo Paranaense	2000	2001	2002	2003	2004
Faturamento (bilhões R\$)	6,49	8,02	11,21	15,50	18,00
Nº de cooperativas (unidades)	194	193	202	204	209
Nº de cooperados (unidades)	243.224	245.884	266.523	293.579	348.309
Nº de funcionários (unidades)	28.460	30.421	32.693	39.059	45.030
Receitas com exportações (milhões US\$)	355,42	633,82	643,87	800,00	992,00
Investimentos realizados (milhões R\$)	--	300,00	350,00	450,00	780,00
Participação das cooperativas no PIB/PR - %	9,7	10,3	13,5	16,5	18,2
Participação das cooperativas PIB Agropecuário do PR - %	47	55	52	53	55
Sobras distribuídas pelas cooperativas (milhões R\$)	16,79	232,46	384,54	557,00	600,00

Fonte: OCEPAR, 2004. Disponível em: <www.ocepar.org.br>. Acesso em: abr. 2006.

2.2 PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS: ROCHDALLE E ACI

A atuação cooperativista pode ser lembrada nas mais diversas experiências comunitárias, ocorridas em tempos e espaços diferenciados, ao longo da história da humanidade. Os precursores do cooperativismo são representados pelos indivíduos que buscaram uma forma de melhor ordenar as sociedades em época de transformações, seguidas de grandes problemas sociais.

A formação do pensamento cooperativo deu-se graças ao sucesso dos Pioneiros de Rochdale, que, em 1844, na Inglaterra, demonstraram ser possível a união das pessoas em torno de um objetivo, que indicou a possibilidade de melhorar a situação econômica, social e as condições de vida de uma comunidade cooperativada, através da organização de uma cooperativa.

Segundo Schneider (1991), um dos principais legados de Rochdale, talvez, foi o de criar uma entidade que, visando solucionar problemas econômicos, tentou superar o tipo de entidades então existente na área econômica produtiva, ou seja, criar uma empresa ao mesmo tempo respeitadora das pessoas que se orientasse em direção de uma crescente melhoria na prestação de serviços para os seus reais donos e usuários, inspirada na auto-ajuda comunitária. Para o autor, tanto os movimentos como as pessoas que anteciparam experiências ou idéias assumidas depois pelos Pioneiros de Rochdale responderam aos muitos problemas gerados pela Revolução Industrial para a classe operária e para o campesinato, onde a força de trabalho, gerada para a introdução das indústrias, era nova e despreparada, e enfrentava, muitas vezes, as mais cruéis e desumanas condições de vida.

Nesse período, era terminantemente proibida a formação de associações para a defesa dos seus interesses de trabalho, sendo então os operários vítimas de explorações impiedosas.

Essa situação levou à polarização da sociedade, segundo Schneider (1991), em duas classes distintas: os proprietários dos meios de produção e os proprietários da força de trabalho, produzindo uma relação de intensa oposição e de exploração do capital sobre o trabalho. Tais injustiças econômicas e sociais ocasionaram reações de diversos pensadores socialistas, que não aceitavam as condições de crueldade a que os trabalhadores eram submetidos, começando a propagar idéias e experiências destinadas a modificar o comportamento da sociedade.

Entre os socialistas utópicos, muitos deles precursores do pensamento cooperativista, se situam, no século XVIII, P. C. Plockboy e John Bellers, e, no século XIX, Robert Owen, William King, Charles Fourier, Michel Derrion, Philippe Buchez e Louis Blanc.

Muitos ensaios teóricos antecederam a formação do pensamento cooperativo, de onde decorre que muitas das experiências cooperativas não obtiveram sucesso devido às condições políticas desfavoráveis e, também, pela forma como as cooperativas eram criadas.

A experiência concreta de Rochdale esteve fundada nas iniciativas de um grupo de tecelões, que buscavam um meio de melhorar suas condições sociais e econômicas. Segundo Pinho (1982), os Pioneiros de Rochdale inauguraram um armazém, organizado e regido por estatuto postulando como objetivos:

- a) formação de capital para a independência dos trabalhadores, mediante economias realizadas com a compra em comum de gêneros alimentícios;
- b) construção de casas para fornecer habitação a preço de custo;

- c) criação de estabelecimentos industriais e agrícolas com duplo objetivo: produzir direta e economicamente tudo o que fosse indispensável às necessidades dos trabalhadores e assegurar trabalho aos operários desempregados ou que percebiam baixos salários;
- d) educação e luta contra o alcoolismo;
- e) comercialização (compra e venda) somente a dinheiro, para que os cooperados só assumissem compromissos dentro de suas possibilidades orçamentárias;
- f) cooperação integral.

Para Schneider (1991), os estatutos da sociedade dos Pioneiros de Rochdale, com seus princípios, normas e estrutura organizacional, passaram a ser os Fundamentos Doutrinários do Cooperativismo, que são:

- a) democracia;
- b) livre adesão;
- c) liberdade para sair da cooperativa;
- d) compras e vendas à vista;
- e) juros limitados ao capital e retorno;
- f) retorno das sobras.

Aplicando estes princípios, a Sociedade dos Pioneiros de Rochdale obteve um crescimento inumerável, alcançando dezenas de milhares de sócios. Representando um importante mercado consumidor, os Pioneiros fundaram diversas cooperativas de produção.

Para a maioria dos teóricos do cooperativismo atual, a Cooperativa de Rochdale é considerada a pioneira de todas as cooperativas e expandiu seus princípios para outros países, como França e Alemanha.

Segundo Schneider (1991), em 1895, fundou-se a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), que passou a assumir formal e explicitamente o legado de Rochdale, e que, desde então, congrega as entidades cooperativas de todos os países do mundo.

Segundo Pinho (1976), o corpo principal da doutrina cooperativa foi desenvolvido a partir das experiências cooperativistas de Rochdale, e disciplinados pela ACI, sendo assim representado:

Finalidade Principal (objetivos):

- a) corrigir e modificar o meio econômico-social;
- b) prestar serviços;
- c) eliminar a concorrência;
- d) eliminar o assalariado;
- e) eliminar o lucro abusivo;
- f) obter o preço justo;
- g) realizar a república cooperativa.

Normas operacionais:

- a) adesão livre;
- b) gestão democrática;
- c) retorno *pró rata* das operações;
- d) taxa limitada de juros ao capital;
- e) difusão limitada de juros ao capital;
- f) difusão da educação;

- g) cooperação entre as cooperativas;
- h) neutralidade política;
- i) neutralidade religiosa;
- j) neutralidade racial e social;
- k) vendas pelo "justo preço";
- l) vendas a dinheiro;
- m) transações apenas com os membros;
- n) aspiração à "república cooperativa";
- o) constituição de um patrimônio cooperativo indivisível entre os associados ("propriedade cooperativa").

Conforme apontam Ricciardi e Jenkins (2000), quase todas as legislações dos diversos países espalhados pelo mundo que acolhem em seu sistema jurídico a empresa cooperativa adotam como normas fundamentais os "Princípios Básicos do Cooperativismo", que foram ratificadas (aqui, resumidamente, são confirmados) pela Aliança Cooperativa Internacional, através de congresso em 1995. São os princípios de:

- a) adesão livre e voluntária;
- b) controle democrático;
- c) participação econômica do sócio;
- d) autonomia e independência;
- e) educação, treinamento e informação;
- f) preocupação com a comunidade.

Por fim, por sua natureza econômica, as cooperativas devem adotar estratégias empresariais diretamente comprometidas com o processo produtivo, visando a uma gestão racional e eficiente, fundamentada na solidariedade entre as pessoas, tendo em vista o bem-estar de todos e a promoção humana de cada um.

2.3 PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA NO MOVIMENTO COOPERATIVISTA

O tema da participação pode ser observado nas práticas políticas cotidianas da sociedade civil, quer seja nos sindicatos, nos movimentos, quer em outras organizações sociais.

Segundo Gohn (2003, p. 17), a soberania popular é o princípio regulador da forma democrática: a participação é concebida como um fenômeno que se desenvolve tanto na sociedade civil, quanto no plano institucional. Ou seja, a participação se aplica entre os movimentos sociais e as organizações autônomas da sociedade, e também nas instituições formais políticas.

Observa-se, assim, que a participação se estrutura em coletivos organizados, tendo como fundamentação lutar contra as relações de dominação e, também, sendo motivo de luta pela divisão do poder político.

Gohn (2003) aponta que a temática da participação era vista associada à organização política dos trabalhadores, devendo atentar para dois princípios importantes:

- a) esclarecer e ordenar o que reivindicar e que direitos conquistar;
- b) instituir formas de associação de forças políticas próprias que sustentem as reivindicações e a conquista dos direitos.

Rossiaud e Schere-Warren (2000) apontam que, nas últimas décadas, os movimentos sociais passaram por transformações significativas, tanto em suas inserções nacionais, regionais ou locais, quanto em suas formas transnacionais. Essas transformações podem ser observadas nas referências às composições sociais da organização, às ideologias e às estratégias de luta, ou seja, essas alterações se iniciam devido à atualização ocorrida tanto nas formas organizacionais como nas formas de agir, caracterizando os movimentos e configurações históricas.

Bordenave (1994, p. 42) aponta que, “[...] numa sociedade regida mais pelos sistemas de interesse que pelos de solidariedade, com uma marcada estratificação socioeconômica, na qual umas classes exploram outras, a participação será sempre uma guerra a ser travada para vencer a resistência dos detentores de privilégios”.

Deve-se entender, portanto, que o movimento cooperativista se constrói não somente a partir de uma consciência do sujeito, mas também a partir da consciência de ser um cidadão que tem direitos e deveres relacionados a múltiplos aspectos da vida cotidiana.

É por isto que a análise da participação tem mais parentesco com os estudos dos movimentos sociais e, no caso, o cooperativismo constitui a base para se desenvolver a participação, pois a cooperativa, como forma democrática e participativa, surgiu num contexto de reivindicações políticas, econômicas e sociais da classe trabalhadora.

Em conformidade disso, Maia (1985) diz que o cooperativismo é um espaço privilegiado das categorias sociais da participação comunitária e em grupo, da solidariedade e do trabalho conjunto, como base para a melhoria da produção, do emprego e do rendimento financeiro. Para a citada autora, realmente a cooperativa, embora utilize os instrumentos da ciência econômica, coloca a economia a serviço

do homem, humaniza a economia e confere prioridade ao social nos seus planos de desenvolvimento. Proporciona a liberação do homem através de seu trabalho.

Na cooperativa, o homem passa a gerir seus próprios negócios, sem a intermediação comercial e não enfrentando a relação empregado-empregador, pois a sua força de trabalho não é vendida.

Maia (1985) afirma, também, que ainda se vê a cooperativa como uma associação, na qual os seus integrantes poderão ter oportunidades para debater e analisar sua problemática e, organizados, lutar por seus interesses.

Ricciardi e Jenkins (2000) entendem que a principal marca cooperativista está no seu caráter verdadeiramente democrático, caracterizado por:

- a) voto igualitário;
- b) decisão compartilhada;
- c) trabalho em cooperação.

Por isso, pode-se afirmar que o fundamento básico da cooperativa é a participação. Aqui o capital não substitui o trabalho, mas funciona como recurso auxiliar, pois, como o voto tem o mesmo peso para todos, o capital não substituirá a presença, a participação.

A partir do voto igualitário, garante-se, assim, a participação igualitária, o que resulta, em termos de ambiente cooperativista, na manifestação organizada daquilo que mais se aproxima do ideário democrático (RICCIARDI e JENKINS, 2000, p. 62).

Surge, assim, uma oportunidade para a prática democrática dos associados, em busca de seus desejos e de sua liberação como sujeitos da história. O cooperativismo deve, com base nessa assertiva, ser entendido como um movimento imparcial que respeite, no sentido democrático, as convicções alheias. Só desta

forma poderá evitar incompatibilidades ideológicas que geram rivalidades e desentendimentos os quais não podem ser admitidos em associações que visam à compreensão e à solidariedade no esforço coletivo.

2.4 FUNDAMENTOS DO COOPERATIVISMO AGRÍCOLA E DE PRODUÇÃO

Segundo Schallenberger (2005), “cooperativa é uma sociedade civil, organizada para a defesa dos interesses e a promoção econômica e social de seus associados.” (SCHALLENBERGER, 2005, p. 127).

Ricciardi e Jenkins (2000) escrevem que uma cooperativa é uma associação entre pessoas que pretendem o atendimento de necessidades comuns. É a constituição de uma empresa com dupla natureza: a associação igualitária de pessoas e uma organização com propósito econômico.

As cooperativas agropecuárias estão inseridas na chamada doutrina cooperativista. Sua concepção pretende ser mais ampla que mera organização de mercado, pois é uma resposta ao individualismo liberal.

Segundo Gonçalves e Vesgro (1994), o cooperativismo pretende realizar uma reforma do capitalismo por intermédio da cooperação e, com isso, reduzir os impactos sociais decorrentes da exclusão gerada pelo processo de avanço da acumulação capitalista. As empresas cooperativas guardam, desse modo, a peculiaridade de um universo doutrinário que implica relações contratuais diferenciadas com os agricultores.

Conforme aponta a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), devido à expansão do cooperativismo brasileiro, em 1993 foi modificada a nomenclatura dos segmentos do Sistema Cooperativo Brasileiro, adaptando-os à nova realidade

nacional. Os segmentos abordados nesta pesquisa são relacionados como o cooperativismo agrícola e de produção.

- a) **Agrícola:** constituído por cooperativa de qualquer cultura ou criação rural. É muito conhecido pela sociedade brasileira, participando significativamente da organização e do desenvolvimento da agricultura, bem como das exportações, com expressiva representação na balança comercial e, ao mesmo tempo, abastece o mercado interno de produtos alimentícios. Este sistema oferece a prestação de vasto leque de serviços, desde assistência técnica, armazenagem, industrialização e comercialização dos produtos, até a assistência social e educacional aos cooperados. As cooperativas agropecuárias no Brasil são o segmento economicamente mais forte do cooperativismo.
- b) **Produção:** constituído por cooperativas nas quais os meios de produção, explorados pelo quadro social, pertencem à cooperativa e os cooperados formam o seu quadro direutivo, técnico e funcional. No Brasil ainda existem poucas cooperativas desse segmento, porém, como em outros países, o cooperativismo de produção pode ocupar espaço significativo no mercado.

2.4.1 Cooperativas agrícolas

De acordo com Pereira (s.d.), no caso de se tratar de uma cooperativa agrícola, o seu objeto é orientado no sentido de facilitar e melhorar as condições para os associados de exploração agrícola, transformação e comercialização dos seus produtos. O autor aponta as seguintes vantagens que as cooperativas agrícolas podem oferecer aos seus associados (PEREIRA, SD, p.11):

- a) assegurar serviços indispensáveis aos agricultores;
- b) garantir aos pequenos e médios agricultores possibilidades de laborarem os produtos agrícolas das respectivas explorações, o que individualmente não conseguiriam;
- c) comercializar em conjunto os produtos das explorações;
- d) facilitar a obtenção de crédito;
- e) baixar o custo de aquisição dos materiais necessários à exploração agrícola;
- f) reduzir custos de produção;
- g) difundir princípios socioculturais e técnicos de interesse para os agricultores.

Para o autor, nas cooperativas agrícolas, os sócios como próprios patrões da associação, devem assumir as responsabilidades, aceitar os riscos que elas comportam e distribuir os benefícios proporcionalmente ao uso que delas fazem.

2.4.2 Cooperativas de produção

Segundo Singer (2002), cooperativas de produção são associações de trabalhadores, inclusive administradores, planejadores, técnicos, entre outros que visam produzir bens ou serviços a serem vendidos em mercados. Como toda cooperativa, aplicam aos seus membros os princípios que garantem a democracia e igualdade entre eles na condução da entidade: um voto por pessoa, autoridade investida na assembléia-geral dos sócios e todos os sócios tendo a mesma cota do capital da cooperativa.

Cooperativas de produção são, para Moura (1968), todas aquelas que se dedicam a defender os interesses dos produtores. Nesse sistema, a cooperativa é a proprietária das terras, dos imóveis, dos insumos e de toda a produção, ou seja, a terra é coletiva, enquanto os associados percebem, a título de participação nos lucros, um adiantamento semanal ou mensal para assegurar a sua subsistência e a da família, além, naturalmente, de participar do rateio da sobra verificada em balanço. Não há, portanto, exploração individual, pois a cooperativa de produção é caracterizada pelo trabalho coletivo.

O trabalho coletivo, através da forma da cooperativa de produção, pode identificar-se como o que tem melhores possibilidades de realizar uma exploração extensiva, podendo proporcionar maior rendimento aos investimentos propostos.

Como os associados são proprietários e usuários da organização cooperativa, podem assumir efetivamente a sua responsabilidade na escolha dos dirigentes e na definição das políticas da organização, devendo também exercer com freqüência e eficiência o acompanhamento e controle dos dirigentes.

Nessa modalidade de cooperativismo, todas as decisões são tomadas democraticamente, através do voto dos sócios, tornando a participação uma prática comum nesse tipo de organização social.

De acordo com Singer (2002, p. 92-93):

A ajuda do Estado será um fator importante para o movimento das cooperativas de produção, por uma série de motivos. O primeiro é que os trabalhadores não dispõem de capital nem de propriedades que pudessem oferecer como garantia para levantar capital no mercado financeiro. O segundo é que as firmas capitalistas, que concorrem com as cooperativas de produção, também contam com a ajuda do Estado, sob as formas usuais de isenções fiscais e crédito favorecido.

Para concorrerem em condições de igualdade no mercado, as cooperativas de produção precisam, portanto, do apoio do poder público.

Para Freire e Lagana (2001), uma das dificuldades potenciais de cooperativas de produção é a conciliação de princípios e práticas democráticas com a estrutura hierárquica de produção.

Segundo as autoras, as cooperativas de produção são tidas por alguns como o futuro modelo de organização da produção numa base não conflituosa e para a criação de uma sociedade mais humanitária e democrática.

No presente estudo, o cooperativismo de produção agropecuária é enfocado a partir das CPAs.

2.4.3 Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs)

Entendidas como formas organizativas de cooperação agrícola para os assentamentos, as CPAs foram implantadas como experiências de cooperação no MST a partir de 1989 e despontam como uma forma superior de organização da produção. Na verdade, uma CPA não se diferencia muito de um grupo coletivo ou de uma associação coletiva. O que difere é a personalidade jurídica, porque, ao ser registrada como uma empresa cooperativa, passa a ser regida pela legislação cooperativista brasileira. De acordo com o MST (2006), as CPAs possuem as seguintes características básicas:

- a) **Terra:** Permanece sob controle do coletivo, a não ser a pequena parcela destinada à produção de subsistência de cada associado. Em quase todas as CPAs, o título de propriedade ou concessão de uso da terra permanece

em nome do indivíduo, que a passa para o controle da cooperativa. Pode haver titulação da terra em nome da CPA.

- b) **Capital:** Todos os investimentos estão sob controle e em nome da CPA. Como a cooperativa tem capital social, este é subdividido em quotas-parte que vão sendo integralizadas na conta de cada associado. A cooperativa controla de outra forma a parte do capital acumulado que se transforma em investimentos, considerados pela legislação como fundos indivisíveis (fundo reserva/FATES). Neste caso, torna-se patrimônio social que não pode ser dividido em casos de dissolução ou desistência.
- c) **Trabalho:** A CPA organiza o trabalho em setores, a partir da divisão técnica do trabalho, que é determinada pela atividade econômica desenvolvida e pela capacitação técnica dos associados - trabalhadores. O trabalho é controlado por hora trabalhada e a sua remuneração depende da produção global produzida pela cooperativa.
- d) **Planejamento da produção:** Na CPA, os planos de produção (a curto, médio e longo prazo) são centralizados no coletivo. A partir de uma ampla discussão, baseada em estudos técnicos, definem-se as linhas de produção e a ordem de prioridades para serem implantadas.
- e) **Moradia:** A CPA, normalmente, organiza a fixação dos seus associados em agrovilas. O esquema de moradia se diferencia, apenas, no tamanho do lote para a construção das casas.
- f) **Aspectos legais:** As cooperativas têm que ser legalizadas obrigatoriamente, inclusive com registro na Junta Comercial.

2.5 COOPERATIVISMO COMO FORMA DE VALORIZAÇÃO DO TRABALHO E DA PRODUÇÃO

Segundo a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB, 1999), cooperar é, em síntese, um modo de organizar e administrar a produção, através da divisão social do trabalho e da autogestão, somando esforços para adquirir e utilizar ferramentas, máquinas, sementes e matrizes de animais para a produção coletiva. A cooperação é uma ferramenta de luta política e social, na medida em que contribui para a sobrevivência econômica, porque aumenta a produtividade do trabalho, racionaliza o uso dos recursos naturais e humanos e amplia a competitividade dos produtos no mercado.

Para a CONCRAB (1999), a cooperação contribui para melhorar as condições de vida, ao ampliar a possibilidade de acesso aos bens de consumo coletivo, a capacidade das famílias de permanecerem na terra e o desenvolvimento da consciência social. Cooperar é, então, mais do que organizar cooperativas. É, sobretudo, um valor que se transforma em importante recurso para superar as dificuldades decorrentes da insuficiência de políticas públicas, especialmente agrária e agrícola, que possibilitem ao trabalhador rural produzir e reproduzir-se no campo.

Um setor em que o cooperativismo tem grande força é a economia solidária. Singer (1999) define a economia solidária como o conjunto de experiências coletivas de trabalho, produção, comercialização e crédito organizados por princípios solidários, espalhadas por diversas regiões do país e que aparecem sob diversas formas: cooperativas e associações de produtores, empresas autogestionárias, diversas organizações populares urbanas e rurais, entre outras. Desenvolvem

principalmente atividades econômicas como: plantio, beneficiamento e comercialização de produtos primários, prestação de serviços.

Segundo Singer (2000), a economia solidária começou a ressurgir, de forma esparsa, na década de 1980, e tomou impulso crescente a partir da segunda metade dos anos 1990. Ela resulta de movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa, crise que tem seu início em 1981 e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990.

São, portanto, organizações coletivas ou comunitárias em defesa dos indivíduos que se organizam em associações, cooperativas ou empresas de autogestão. O autor aponta que o modo solidário de produção e distribuição parece, à primeira vista, um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadoria. Na realidade, ele constitui uma síntese que supera tanto o capitalismo quanto a pequena produção.

Singer (2000) aponta, como exemplo característico da economia solidária, a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual também por critérios acertados entre todos os cooperadores.

De acordo com Culti (2000), o cooperativismo funciona, portanto, como um sistema e as cooperativas como a unidade econômica e espaço de convívio e transformações.

Conseqüentemente, a cooperativa, como unidade de produção em que se conjugam o capital, o trabalho, a matéria-prima e a experiência técnica, para

processar determinado produto, ou prestar determinado serviço, mostra que a eficiência e a solidariedade podem ser princípios complementares dentro da economia. E a noção de comunidade de trabalho implica a participação de trabalhadores, acionistas e técnicos nas decisões, nos bens e nos riscos da empresa, ou seja, em condições de igualdade.

2.6 A PROBLEMÁTICA DA AGRICULTURA FAMILIAR

No Brasil, a significativa expressão numérica de pequenas propriedades e a sua relevância social tem motivado o surgimento de experiências de desenvolvimento rural, apoiadas na agricultura familiar, que, de uma ou outra forma, repercutiram sobre o impacto do chamado choque distributivo, permitindo melhor distribuição de renda no campo (LAGES, 1998).

A fixação das unidades familiares de produção no campo representa um processo de contenção do êxodo rural, de ocupação racional do território, em contraposição aos deslocamentos de contingentes populacionais e aos vazios demográficos deixados pela modernização agrícola, e termina por encorajar o desenvolvimento local, favorecendo o planejamento e a gestão coletiva dos recursos naturais, sua distribuição mais eqüitativa e sua administração mais descentralizada.

Para Abramovay (1998), o peso da produção familiar na agricultura fez dela hoje um setor único no capitalismo contemporâneo. O autor aponta que não há atividade econômica em que o trabalho e a gestão se estruturem tão fortemente em torno de vínculos de parentesco e onde a participação de mão-de-obra seja tão importante. A propriedade familiar passa a representar, ao mesmo tempo, uma

unidade familiar de produção, absorvendo a força de trabalho, a tecnologia e a criatividade dos membros da família, que, por sua vez, buscam nela a sua subsistência, o equilíbrio e os avanços sociais e econômicos. Reflete, em última instância, o espaço vivido e compartilhado, onde os membros da família criam referências e constroem identidade.

Vista a partir da sua inserção numa sociedade competitiva, “a pequena produção é, essencialmente, identificada pela utilização do trabalho familiar, implicando a existência de fatores excedentes (terra, força de trabalho e meios de trabalho), que permitam, assim, uma produção destinada ao mercado” (PEIXOTO, 1979, p. 16).

Para George (1982), uma agricultura familiar pode ser entendida, também, por uma pequena propriedade individual camponesa, que tem sua origem na apropriação, por parte da família, da terra inicialmente vinda da propriedade patriarcal ou em diversas modalidades de partilha de grandes propriedades individuais ou numa colonização de terras sem dono, situadas fora do território que constitui a propriedade inicial da grande família.

Não existe ao certo um consenso quanto à classificação e caracterização da agricultura familiar. De acordo com o INCRA (2000), o debate sobre os conceitos e a importância da agricultura familiar é intenso, produzindo inúmeras concepções, interpretações e propostas. Em vista disso, o INCRA adotou uma caracterização da agricultura familiar que leva em conta as seguintes condições:

- a) a direção dos trabalhos na propriedade é exercida pelo produtor;
- b) o trabalho familiar prevalece sobre o trabalho contratado.

A par dessas especulações, há um potencial de participação crescente da agricultura familiar brasileira no mercado, a exemplo do que ocorre nos países mais avançados, onde a produção agrícola está predominantemente estruturada na agricultura familiar (ROCHA, 2001), conquantos se criem condições favoráveis para o seu arranjo local e a sua inclusão no modelo de desenvolvimento nacional.

De acordo com Toscano (2003), a agricultura familiar brasileira é responsável, em média, por 60% dos alimentos consumidos pela população do país, representando um dos setores que mais evoluiu no período dos anos de 1990, ou seja, foi responsável por um aumento de 3,8% ao ano num contexto em que os preços sofreram uma queda de 4,7% ao ano.

A agricultura familiar torna-se, dessa forma, um setor de suma importância para a economia brasileira, uma vez que se transformou em um espaço de produção de excedentes para o abastecimento do mercado interno, bem como um instrumento para amenizar as desigualdades sociais e assegurar a absorção desse contingente de mão-de-obra no campo.

As condições para enfrentar o jogo de uma economia de mercado, esta caracterizada pela competição e exclusão, indicam a necessidade e a importância de a agricultura familiar ser contemplada com políticas públicas e obter os recursos necessários para garantir a sua sobrevivência e construir um ambiente socioeconômico de estabilidade, capaz de promover um desenvolvimento local sustentável³.

³ De acordo com Dallabrida (2000, p. 25), ao analisar o atual padrão de desenvolvimento, é possível identificar sinais incontestáveis de insustentabilidade: expressa na degradação ambiental, nas desigualdades sociais e na centralização do poder. Ainda fundamenta-se na crença, equivocada, de que o capital natural à disposição no planeta Terra é infinito, capaz de sustentar um crescimento econômico ininterrupto, e priorizar os empreendimentos grandiosos. Portanto, a sustentabilidade do desenvolvimento local é dada pelo desenvolvimento do ser humano que possibilita a constante inovação e renovação do processo de desenvolvimento econômico, social, cultural, político, institucional.

De acordo com Toscano (2003), vale a pena ressaltar que todos os países desenvolvidos têm na agricultura familiar uma sustentação do seu dinamismo econômico e de uma saudável distribuição da riqueza nacional. Todos eles, em algum momento da história, promoveram a reforma agrária e a valorização da agricultura familiar.

Para Wanderley (1997), a agricultura familiar, de modo geral, é grande responsável pela produção de alimentos no Brasil. Apesar disso, ela sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparada ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor “bloqueado”, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades como forma social específica de produção.

As dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares, principalmente aqueles que cultivam para a própria subsistência e para se estabelecerem economicamente, são, dentre outras, o pouco acesso à terra, às técnicas agrícolas modernas e ao crédito bancário, fatores que, se não impedem, restringem a integração ao mercado e, consequentemente, a prosperidade. A discussão sobre a importância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro vem ganhando força nos últimos anos, impulsionada pelo debate sobre desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local (INCRA, 2000).

A agricultura familiar, então, pode ser retratada como uma parcela significativa na geração de riqueza no meio rural. Segundo Veiga (1998), as vantagens de uma estratégia de desenvolvimento rural que priorize a promoção da agricultura familiar ainda não foram percebidas pela sociedade brasileira, do que resulta que, cada vez mais, haja concentração de renda e exclusão social. Torna-se

imperativo perceber que a eficiência alocativa das propriedades patronais nem de longe compensa a sua ineficiência distributiva, e que isso representa perigo para a estabilidade social. Para Veiga (1998), “a manutenção do atual padrão agrário, apoiado na agropecuária patronal, há muito é incapaz de aumentar a oferta de trabalho” (VEIGA, 1998, p. 117).

Desta forma, o bom desempenho e o fortalecimento da agricultura familiar estão na dependência da capacidade de articulação dos diversos atores sociais envolvidos e comprometidos com a agricultura familiar, tais como: movimentos sociais, diversos ministérios, governos estaduais e municipais, agentes financeiros, ONGs e outros.

De acordo com Neves (2005, p. 23), “o termo agricultura familiar se referia a segmentos produtores (modernos) integrados ao mercado pela especialização e pelo uso intensificado de instrumentos de trabalho concebidos segundo a lógica da produção industrial” . Para a autora, a proposição da agricultura familiar como termo de mobilização política e de enquadramento social consagrou a construção de novos modelos de desenvolvimento econômico, com capacidade de orientar a organização de unidades produtivas sustentáveis. A capacidade e as condições de trabalho são articuladas a partir das relações familiares; portanto, deve-se levar em consideração a diferenciação de gênero, ciclos de vida e sistema de autoridade familiar.

Assim, a agricultura familiar pode garantir a manutenção e a recuperação do emprego e colaborar para uma distribuição mais homogênea da renda, contribuindo para a soberania alimentar, na maioria das culturas.

Por fim, de acordo com FAO/INCRA(1994), a agricultura familiar apresenta as características seguintes:

- a) a preeminência da força de trabalho familiar;

- b) a unidade, a interação e a interdependência existentes entre a família e a unidade de produção, isto é, a não-separação entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores;
- c) a não-especialização e divisão clássica, formal e hierárquica do trabalho e entre atividade administrativa e executiva, isto é, entre trabalhadores diretos e indiretos;
- d) uma participação solidária e co-responsável de todos os membros da família na organização e no funcionamento do conjunto do sistema família-unidade de produção;
- e) um projeto (objetivos e finalidades) orientado, prioritariamente, para a reprodução das condições e da força de trabalho familiar;
- f) uma estratégia voltada para a garantia da segurança alimentar da família, para a redução de riscos, para o aumento da renda total da família e garantia de emprego da mão-de-obra familiar e ampliação das condições de trabalho e produção.

A agricultura familiar tem, portanto, papel de garantir a manutenção e a recuperação do emprego, contribuir para uma distribuição mais homogênea da renda, proporcionar um estado de soberania alimentar do país na maioria das culturas, e se orientar para a construção de uma forma de desenvolvimento mais voltado para o sustentável e ecologicamente viável.

Diante desta contextualização, a caracterização de Schmidt et al. (2003) apresenta-se mais coerente, no sentido de que há um direcionamento em busca de uma estratégia competitiva da agricultura familiar, através da preocupação com a segurança alimentar.

2.7 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA

Segundo o Censo Agropecuário 1995/96, existem no Brasil 4.859.864 estabelecimentos rurais (Tabela), ocupando uma área de 353,6 milhões de hectares. Nesta safra⁴, o Valor Bruto da Produção (VBP) Agropecuária foi de R\$ 47,8 bilhões e o financiamento total (FT) foi de R\$ 3,7 bilhões. De acordo com a metodologia adotada, são 4.139.369 estabelecimentos familiares, ocupando uma área de 107,8 milhões de ha, sendo responsáveis por R\$ 18,1 bilhões do VBP total, recebendo apenas R\$ 937 milhões de financiamento rural. Os agricultores patronais são representados por 554.501 estabelecimentos, ocupando 240 milhões de ha (INCRA/FAO, 2000).

TABELA 1. Brasil – Estabelecimento, área, valor bruto da produção (VBP) e financiamento total (FT)

CATEGORIAS	Estab.	Área	%	VBP (mil	%	FT (mil	% FT
	Total	Tot. (mil	Áreas/	R\$)	VBP	R\$)	s/total
		ha)	total		s/total		
FAMILIAR	4.139.369	107.768	30,5	18.117.725	37,9	937.828	25,3
PATRONAL	554.501	240.042	67,9	29.139.850	61,0	2.735.276	73,8
Instituição Religiosa	7.143	263	0,1	72.327	0,1	2.716	0,1
Entidade pública	158.719	5.530	1,5	465.608	1,0	31.280	0,8
Não identificado	132	8	0,0	959	0,0	12	0,0
TOTAL	4.859.864	353.611	100,0	47.796.469	100,0	3.707.112	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE

Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 2000

⁴ O termo *safra* pode ser aqui utilizado, em virtude do fato de que neste Censo, ao contrário dos anteriores, o período de referência adotado para os dados de produção foi o ano agrícola.

Os agricultores familiares representam, portanto, 85,2% do total de estabelecimentos, ocupam 30,5% da área total e são responsáveis por 37,9% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional, recebendo apenas 25,3% do financiamento destinado à agricultura.

Na Tabela 2, apresenta-se uma análise regional que demonstra a importância da agricultura familiar nas Regiões Norte e Sul, nas quais mais de 50% do VBP é produzido nos estabelecimentos familiares. Na Região Norte, os agricultores familiares representam 85,4% dos estabelecimentos, ocupam 37,5% da área e produzem 58,3% do VBP da região, recebendo 38,6% dos financiamentos. A Região Sul é a mais forte em termos de agricultura familiar, representada por 90,5% de todos os estabelecimentos da região, ou 907.635 agricultores familiares, ocupando 43,8% da área e produzindo 57,1% do VBP regional. Nesta região, os agricultores familiares só ficam com 43,3% dos financiamentos aplicados (INCRA/FAO, 2000).

TABELA 2. Brasil - Agricultores Familiares – Estabelecimento, área, VBP e financiamento total segundo as regiões

REGIÃO	Estab. Total	Área Total (Em ha)	% Área s/ total	VBP (mil R\$)	% VBP s/ total	FT (mil R\$)	% FT s/ total
Nordeste	2.055.157	34.043.218	43,5	3.026.897	43,0	133.973	26,8
Centro-Oeste	162.062	13.691.311	12,6	1.122.696	16,3	94.058	12,7
Norte	380.895	21.860.960	37,5	1.352.656	58,3	50.123	38,6
Sudeste	633.620	18.744.730	29,2	4.039.483	24,4	143.812	12,6
Sul	907.635	19.428.230	43,8	8.575.993	57,1	515.862	43,3
BRASIL	4.139.369	107.768.450	30,5	18.117.725	37,9	937.828	25,3

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE

Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 2000.

O financiamento destinado à agricultura é desproporcional entre os agricultores familiares e patronais, sendo que, em todas as regiões, a participação dos estabelecimentos familiares no crédito rural é inferior ao percentual do VBP de que eles são responsáveis.

TABELA 3. Brasil - Agricultores Familiares - Participação percentual das regiões

REGIÃO	% Estab. s/ total	% Área s/ total	% VBP s/ total	% FT s/ total
Nordeste	49,7	31,6	16,7	14,3
Centro-Oeste	3,9	12,7	6,2	10,0
Norte	9,2	20,3	7,5	5,4
Sudeste	15,3	17,4	22,3	15,3
Sul	21,9	18,0	47,3	55,0
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE

Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 2000

Na Tabela 3, quando cruzados os dados das cinco regiões brasileiras, o Nordeste desponta com o maior percentual de estabelecimentos, sendo responsável por 49,7% de todos os estabelecimentos familiares brasileiros. Ocupa, entretanto, apenas 31,6% da área total dos familiares, é responsável por 16,7% do VBP dos agricultores familiares e absorve 14,3% do financiamento rural destinado a esta categoria de agricultores (INCRA/FAO, 2000).

A Região Sul, apesar de deter 21,9% dos estabelecimentos familiares e ocupar 18% da área total, é responsável por 47,3% do Valor Bruto da Produção da agricultura familiar brasileira. O crédito rural também está mais concentrado nesta região, a qual absorve 55% dos recursos de crédito rural utilizados pelos agricultores familiares do Brasil.

TABELA 4. Brasil – Agricultores Familiares - Área média dos estabelecimentos segundo os grupos de área total

GRUPOS DE ÁREA TOTAL	Área Média (Em ha)
Menos de 5 ha	1,9
5 a menos de 20 ha	10,7
20 a menos de 50 ha	31,0
50 a menos de 100 ha	67,8
100 ha a 15 Módulos Regionais	198,0
Área Média dos Agricultores Familiares	26,0

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE

Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 2000.

A área média dos estabelecimentos familiares em cada grupo de área também é baixa. Considerando a média para o Brasil (Tabela 4), com dados muito semelhantes para todas as regiões, a área média dos estabelecimentos com menos de 5 ha é de apenas 1,9 ha por estabelecimento. Mesmo entre os com área entre 5 e 20 ha, a média é de apenas 10,7 ha por estabelecimento (INCRA/FAO, 2000).

3 ORGANIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR ATRAVÉS DA COOPERAÇÃO EM ASSENTAMENTOS RURAIS

A organização e a luta de resistência dos trabalhadores do campo sempre estiveram presentes no território brasileiro, e, ao estudar as relações de trabalho e as contradições do processo organizativo em assentamentos organizados pelo MST

– Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, deparamo-nos com um complexo e contraditório universo de sentidos, atribuídos à cooperação e às cooperativas.

No âmbito das relações de trabalho, a cooperação significa, por um lado, a ampliação da capacidade de sobrevivência econômica através da obtenção de renda monetária, direta e/ou indireta (gerada, principalmente, pelo aumento da produtividade do trabalho e pela redução dos custos de produção). Por outro lado, a aquisição do aprendizado de formas solidárias e agroecológicas de trabalhar a terra, a possibilidade de ampliar e de dinamizar as formas e as redes de convivência social para obter melhorias de infra-estrutura na comunidade. Sobretudo, a garantia da continuidade do movimento político de luta por melhores condições de vida, além da possibilidade de enraizamento do agricultor familiar no campo.

Os movimentos sociais populares do campo nas últimas décadas têm intensificado sua participação nas disputas que envolvem a conquista da terra, o fortalecimento da agricultura familiar e o controle social das políticas públicas relacionadas ao meio rural, assumindo o protagonismo com relação às reivindicações pela concretização do direito à vida com dignidade. Nesse processo, eles têm se constituído enquanto sujeitos coletivos de direito, direitos entre os quais se encontra o de acesso à educação.

3.1 REFORMA AGRÁRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS NA AGRICULTURA BRASILEIRA

De acordo com Brum (1988), a terra é um meio de produção fundamental na agricultura, e a produção agrícola é a base da alimentação humana. Segundo o autor, “graças à invenção de novas máquinas e equipamentos e ao desenvolvimento de novas tecnologias, o homem de hoje pode tornar produtivas terras que antes não se prestavam ao cultivo” (BRUM, 1988, p. 7).

Devido a essa particularidade, a forma de apropriação da terra adquire importância fundamental, sendo então uma questão primordial e de extrema polêmica, objeto de preocupação e de conflitos em diferentes formações sociais.

De acordo com Oliveira (2005, p. 386):

A reforma agrária constitui-se em um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando a modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e/ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território. [...] A reforma agrária provoca alterações na estrutura fundiária sem alterar o modo capitalista de produção existente em diferentes sociedades.

Para o autor, a reforma agrária nas sociedades capitalistas tem sido feita com objetivo de mudar a propriedade privada da terra concentrada nas mãos dos grandes latifundiários, dividindo-a e a distribuindo para os camponeses e demais trabalhadores.

Segundo Oliveira (2005), as condições fundamentais para a realização da reforma agrária são as de que ela deve:

- 1) ser um processo amplo, geral e massivo de redistribuição dos direitos sobre as terras e as águas;
- 2) ser parte de um programa de desenvolvimento agrário;
- 3) ser planejada, coordenada e executada por um órgão ou entidade pública;
- 4) mobilizar todas as forças políticas existentes que representem a massa dos trabalhadores interessados para participarem da elaboração, implantação e gestão dos seus planos, programas e projetos;
- 5) ser executada em cada área prioritária, tendo como princípio fundamental os fatores sociais, políticos, econômicos, técnicos e institucionais específicos;
- 6) incindir preferencialmente sobre as grandes propriedades que não cumprem a função social da terra;
- 7) limitar ao mínimo o pagamento das indenizações pela desapropriação da terra;
- 8) criar uma nova estrutura da propriedade fundiária, apoiada na pequena propriedade familiar ou em unidades de produção baseadas no direito real de uso da terra de propriedade da União;
- 9) modificar as relações de trabalho existentes no campo;
- 10) adotar um sistema econômico de investimento que priorize a utilização dos camponeses e demais trabalhadores beneficiários da mesma; e
- 11) conservar e ampliar as áreas de proteção ambiental, bem como desenvolver uma agricultura saudável, que não comprometa o uso sustentável dos recursos naturais.

Uma reforma agrária não ocorre por acaso, pois depende da conjuntura política do país. Ela é sempre o resultado de pressões sociais contrárias (a favor e contra) e o seu alcance é limitado por essas mesmas pressões, ou seja, depende das relações de força entre camponeses, agricultores sem terra, assalariados agrícolas, os trabalhadores rurais chamados de bóias-frias, a burguesia, operários e, também, grandes propriedades rurais (BRUM, 1988).

De acordo com o ITESP (1998), os conflitos pela posse da terra acompanham a história brasileira, assim como a rigidez da estrutura fundiária. Conflitos de grandes dimensões acompanham a história da Colônia, do Império e da República. Ao mesmo tempo, a concentração da propriedade da terra, antes absoluta, uma vez que todas as terras pertenciam à Coroa, sempre assumiu índices muito elevados.

Esses conflitos assumiram diversas formas ao longo do tempo. As Ligas Camponesas, nas décadas de 1950 e 1960, se constituíram num dos paradigmas da luta pela terra, em um momento histórico em que a reforma agrária se constitui na proposta política dos trabalhadores rurais excluídos.

A proposta de reformulação da estrutura fundiária foi abandonada pelo regime militar, que se dedicou quase exclusivamente às ações de regularização fundiária, titulando posseiros, e às de colonização, ampliando a fronteira agrícola. A chamada modernização da agricultura também foi utilizada como argumento para demonstrar que a reforma agrária havia perdido sua oportunidade histórica e que o desenvolvimento das forças produtivas no campo havia superado essa questão.

A história demonstrou que tais análises estavam equivocadas. A reforma agrária, atualmente, está sendo amplamente discutida pela sociedade brasileira e entrou, decisivamente, na pauta das políticas públicas, pois, de acordo com o ITESP

(1998), desde a década de 1980, os conflitos pela posse da terra têm aumentado significativamente.

Os movimentos sociais representam, portanto, a expressão política das diversas categorias de trabalhadores rurais envolvidas nos conflitos. Outras entidades também assumiram importância política, incluindo organizações sindicais, religiosas e também organizações não-governamentais de assessoria.

Dentre os principais movimentos e organizações que atuam na disputa por terras no Brasil, podem-se destacar os seguintes: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Agricultores sem Terra (MAST), entre outros.

Diante desse quadro, como a cooperativa analisada neste trabalho é uma derivação do MST, que questiona a legitimidade de uma estrutura injusta da terra, será analisada a origem desse movimento conforme o item a seguir.

3.1.1 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, também conhecido como Movimento dos Sem Terra ou MST, é fruto de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil. Nasceu da articulação das lutas pela terra, lutas que foram retomadas a partir do final da década de 1970, especialmente na região Centro-Sul do país e, aos poucos, expandiu-se pelo Brasil inteiro. O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no Estado do Paraná. Hoje o MST está organizado em 22 Estados e segue com os mesmos objetivos definidos neste Encontro de 84 e

ratificados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, em 1985, também no Paraná: lutar pela terra, pela reforma agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é um movimento político-social brasileiro que busca a reforma agrária. Teve origem na oposição ao modelo de reforma agrária imposto pelo regime militar, principalmente nos anos 1970, que priorizava a colonização de terras devolutas em regiões remotas, com objetivo de exportação de excedentes populacionais e integração estratégica. Contrariamente a este modelo, o MST busca fundamentalmente a redistribuição das terras improdutivas.

De acordo com Medeiros (1994), as ocupações de terra, por um grande número de pessoas e de forma simultânea, e os acampamentos decorrentes delas, apareceram como alternativa para pressionar o Estado, criando fatos políticos e atraindo a atenção da opinião pública. Para a autora, ao longo dos anos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se impôs como principal porta-voz da demanda por reforma agrária no Brasil e abriu espaços de negociação com os poderes públicos.

O MST também passou a desenvolver um trabalho cotidiano de fortalecimento dos assentamentos rurais, na esfera produtiva, de forma a garantir a sobrevivência econômica dos assentados. Dentro dessa estratégia, passaram a ser estimuladas formas de produção cooperada e foram estabelecidas regras rígidas de conduta no interior dos assentamentos, com ênfase na educação não só política, mas também formal e tecnológica.

A história das ocupações, que resultaram em assentamentos, tornou-se um estímulo à luta pela terra. As lutas ocorrem em momentos muito próximos, quando

não simultâneos, mas têm origens diversas em lugares diferentes. O MST, desta forma, nasce no Sul e no Sudeste tendo uma maior atuação nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e, no Estado de São Paulo, destaca-se a região do Pontal do Paranapanema.

Com a redemocratização da sociedade brasileira, ocorrida a partir de 1985, o movimento iniciou uma prática de confronto, adquirindo autonomia em relação às decisões da Igreja Católica, que assumia cada vez mais um papel de auxiliar. Neste período, o movimento tornou-se uma organização, constituindo sede em São Paulo (NAVARRO, 2002).

As reivindicações, antes feitas ao Governo Federal, passaram a se direcionar também para os governos estaduais, por três motivos:

- a) em virtude dos entraves nas negociações com as classes dominantes;
- b) pelo reconhecimento da existência de terras devolutas da União sob controle do Estado;
- c) pela percepção de que as medidas de desapropriação dificilmente seriam postas em prática sem o apoio dos governos estaduais.

O crescimento do movimento sem-terra nos últimos anos vem atraindo não só trabalhadores rurais que antes tinham migrado para as cidades, mas também operários urbanos e desempregados rurais e urbanos.

Os dados da CONCRAB (2006), constantes na Tabela 5, mostram a dinâmica do número de famílias assentadas no período de 1964 a 1994, e indicam que, no período de 1985 a 1989, houve um grande número de famílias assentadas, porém com uma quantidade de terra menor que no período anterior.

TABELA 5. Brasil - Famílias Assentadas - Período 1964-1994

Período	Quantidade de terra	Famílias assentadas
1964-85	13.851.395	77.465
1985-89	4.505.788	83.687
1990-92	2.581.766	42.516
1993-94	743.957	14.365
1964-94	21.682.926	218.033

Fonte: CONCRAB. Disponível em: <http://www.mst.org.br/biblioteca/assentam/assenta2.html>. Acesso em: 9 set. 2006

De acordo com o MST, não se pode caracterizar o movimento como um projeto de vida camponês como determinante e único. Há diversos projetos de vida presentes no MST e cada um representa nova perspectiva que se abre para aqueles que o integram.

No período de 1985 a 1990, o movimento tornou-se uma organização nacional na análise de Gohn (2000), que entende tratar-se de “[...] uma nova fase do movimento social, atuando como uma organização e movimento”. Oliveira (2001) concorda. Trata-se, na verdade, de um movimento social organizado, onde a organização não é um fim em si, mas nasceu da necessidade da luta e dela depende, sendo, portanto, flexível. Para dar condições de participação aos trabalhadores, formam-se algumas instâncias de representação.

Como expõe Fernandes (2000, p. 222), “a luta pela terra é uma luta de resistência e no seu desenvolvimento, desde os trabalhos de base até depois da conquista das terras, desdobram-se outras lutas”.

Trata-se de uma relação que revela a solidariedade, procurando, por isso, conquistar direitos em vários âmbitos e inserir o trabalhador rural no processo de politização. O MST foi organizado em setores e coletivos, destacando-se o apoio de uma articulação de pesquisadores, um setor de relações internacionais, além de contar com o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) e a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA).

Os setores coletivos são organizados em acampamentos, assentamentos, e, em nível estadual, regional e nacional, consistem em: comunicação, finanças, projetos, saúde, educação, coletivos de mulheres e de cultura. O MST nacional, bem como cada estadual, conta com um setor de direitos humanos, organizado na década de 1990, sendo formado por advogados que atuam em defesa dos trabalhadores.

Quando o MST completou 20 anos, deixou de ser um movimento para tornar-se uma organização presente em 23 Estados da Federação. Sua presença ocorre através de diferentes frentes de atuação e com os mais diversos sujeitos: acampamentos, assentamentos, escolas, secretarias, cooperativas e unidades agroindustriais. Um outro fator de destaque são as características locais, que fazem com que cada MST tenha aspectos diferentes, segundo as determinantes culturais locais, fato que determinou a expansão de sua organização em várias partes do país.

Diante desse quadro, existem diversos assentamentos rurais surgidos das lutas dos trabalhadores organizados nos movimentos sociais, como é o caso do MST.

3.2 ASSENTAMENTOS RURAIS

Segundo Esterci (1992), o termo *assentamento* refere-se às ações que têm por fim ordenar ou reordenar recursos fundiários com alocações de populações para a solução de problemas socioeconômicos, reconhecidos sua importância e necessidade, principalmente pela viabilidade econômica.

Carvalho (1999) afirma que, nos assentamentos, se encontram grupos sociais de comportamentos distintos, marcados por uma identidade social construída na trajetória de vida dos assentados. No processo de constituição do assentamento, grupos sociais de comportamento diferenciados entre si, encontraram-se, portanto, numa interação social face a face, independentemente das suas vontades. Isso não significa necessariamente que estes grupos sociais, ao interagirem, tenham sido ou seriam desarticulados, e tendentes para o processo de homogeneização social simplesmente pelo fato de pertencerem agora a um mesmo assentamento.

Para Leite (2005), o termo *assentamento rural* parece datar de meados dos anos de 1960, sobretudo como referência dos relatórios de programas agrários oficiais executados na América Latina, para designar a transferência e a alocação de um determinado grupo de famílias de trabalhadores rurais sem-terra (ou com recursos fundiários insuficientes à sua reprodução) em algum imóvel rural específico, visando à constituição de uma nova unidade produtiva.

Existe, nos assentamentos, a preocupação primeira de garantir a manutenção e a reprodução do assentado. O objetivo é a garantia da sobrevivência através da organização da produção no interior dos assentamentos (FABRINI, 2001).

A proposta de cooperação que predominou nos primeiros assentamentos organizados pelo MST foi a de grupos coletivos, constituídos por assentados interessados em discutir a produção agrícola. Desta forma, reuniam-se, confeccionavam os regimentos internos (acordos, decisões do grupo), plantavam e comercializavam coletivamente.

Essa fase, segundo a CONCRAB, refere-se ao período de 1980-1986. Os defensores dos coletivos eram os próprios dirigentes do MST. Num segundo momento, 1987/1989, predominaram as associações de trabalhadores, buscando melhorias infra-estruturais para o assentamento. E, no próximo momento, de 1989/1992, foi criado o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), um setor do MST, tendo como objetivo o trabalho com todos os assentamentos rurais, independente da forma de cooperação adotada, ou forma de organização do trabalho.

3.3 COOPERAÇÃO AGRÍCOLA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS

De acordo com Ricciardi e Jenkins (2000), a cooperação tem que ser organizada. A necessidade de organizá-la se traduz numa necessidade de inovação institucional. Precisa-se de instituições econômicas que democratizem a economia de mercado, descentralizando o acesso às oportunidades e aos recursos, e o cooperativismo atende a isso plenamente, pois a idéia do cooperativismo veio da constatação de que a cooperação era a melhor maneira para encontrar as soluções que interessavam a determinados grupos de indivíduos.

Segundo Freire e Lagana (2001), a cooperação socioeconômica é a que ocorre entre as pessoas que pretendem oferecer um serviço para elas mesmas. Normalmente, mediante esta forma de cooperação, se oferece ajuda para melhorar a qualidade de vida, que pode ser especialmente proveitosa para os desfavorecidos e, em geral, fomenta a coesão social e fortalece o poder de negociação dos setores economicamente mais frágeis da sociedade.

A cooperação agrícola é entendida pelo MST como:

[...] o jeito de juntar ou somar os esforços de cada assentado agricultor individual ou familiar), para fazer coisas em conjunto: comprar ferramentas, comprar e utilizar máquinas [...] até chegar ao ponto de ter a terra, capital e trabalho em conjunto (MST, 1997, p. 21).

A cooperação no MST teve seus primórdios da organização ligada aos grupos coletivos, que eram formados por pessoas interessadas em participar desse segmento. Geralmente o número de participantes variava de 10 a 30 famílias. Conforme afirma o MST, os grupos eram estruturados com regimentos internos em que constavam os acordos feitos em assembléias, que orientavam a organização (MST/CONCRAB, 1996).

Esta fase, segundo a CONCRAB, refere-se ao período de 1980-1986. Era uma estratégia dos assentados para a sobrevivência na terra recém-conquistada. A luta pela terra representou por si só uma experiência de cooperação, no sentido de que os agricultores tiveram que se juntar e se organizar para lutar pelo seu pedaço de terra. A cooperação agrícola, propriamente dita, começa, porém, somente quando são conquistadas as primeiras áreas, vindo com estas o desafio de viabilizar a produção.

O desenvolvimento de formas de cooperação foi um processo gradual, tendo como princípio a multiplicação de associações, andando estas em duas direções principais: os pequenos grupos e associações coletivas, que estavam mais

vinculados à produção, e as grandes associações, que estavam voltados para a prestação de serviços.

A partir destas experiências e dos longos debates surgidos em seminários organizados para discutir a organização econômica dos assentamentos, emergiu, em 1989/1990, a necessidade de se criar o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA). Passados 15 anos de sua constituição, o SCA conta com mais 160 cooperativas, distribuídas em diversos Estados brasileiros e divididas em três formas de organização: Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA), Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS) e as Cooperativas de Crédito.

Além das cooperativas, multiplicou-se o número de associações, grupos semicoletivos e grupos coletivos. As cooperativas se organizam, também, em centrais de cooperativas, em nível estadual e nacional.

De acordo com Görgen & Stédille (1991), o desenvolvimento da cooperação agrícola nos assentamentos depende das condições objetivas, ou seja, dos aspectos físicos da terra, mercado e maquinários, e subjetivas, o grau de consciência, nível cultural, conhecimento técnico em relação à agricultura, à mecanização e métodos administrativos, todos presentes na comunidade.

Para os autores, a experiência do processo de organização da cooperação agrícola nos assentamentos é fruto tanto do amadurecimento político e doutrinário do movimento, quanto organização social sobre esse assentamento, quanto da própria experiência e amadurecimento, com pontos positivos e negativos, de cada grupo em particular.

Os principais objetivos da cooperação agrícola para o MST são: alcançar condições objetivas e materiais de organização do trabalho e de exploração de recursos naturais, que representem aumento da produção; aumento da

produtividade do trabalho e da terra; aumento da renda e, por conseguinte, melhoria das condições de vida; condição para o progresso social, com melhorias do bem-estar social, possibilitando acesso à educação, à saúde, à luz elétrica, à água encanada, à telefonia, a estradas, etc.; contribuir para a organização da classe a fim de conquistar a reforma agrária.

Conforme o Caderno de Formação nº 20, do MST nacional, as principais formas de cooperação agrícola são essas que seguem no esquema abaixo:

CARACTERÍSTICAS	GRUPO COLETIVO	ASSOCIAÇÃO	COOPERATIVA
QUEM PARTICIPA	Vizinhos, parentes ou amigos. Geralmente só homens.	Famílias. Homens e, às vezes, também mulheres.	Famílias. Homens, mulheres e jovens acima de 16 anos.
Nº DE SÓCIOS	Geralmente abaixo de 10 pessoas.	Entre 20 e 400, conforme o tipo.	Nº mínimo exigido por lei: 20.
FORMA DE PARTICIPAÇÃO NAS DECISÕES	Combinação verbal entre todos os membros do grupo.	Assembléia.	Assembléias. Conselhos dos Representantes dos setores.
PARA QUE SE JUNTAM	Geralmente para: <ul style="list-style-type: none"> * Compra de implementos. * Venda de produtos. * Construção de benfeitorias. * Ajuda mútua no trabalho. 	Geralmente para: <ul style="list-style-type: none"> * Prestação de serviços de comércio e transporte, etc. * Encaminhamentos das reivindicações da comunidade. 	Para: <ul style="list-style-type: none"> * Organização coletiva da produção e comercialização. * Criação de agroindústrias.
USO DA TERRA	Geralmente individual.	Individual e semicoletivo.	Semicoletivo e coletivo.
DIVISÃO DO TRABALHO	No máximo mutirões de ajuda mútua.	Formas simples de divisão social do trabalho.	Especialização do trabalho através dos setores de atividades.
ESTATUTO E REGISTRO	<ul style="list-style-type: none"> * Não tem estatuto * Geralmente não tem regimento interno. * Quando existem registros, os principais são os contratos assinados por todos. 	<ul style="list-style-type: none"> * Precisa de estatuto. * Pode ter registro interno. * Não pode ter bloco de notas fiscais. 	<ul style="list-style-type: none"> * Tem estatuto regulamentado pela lei cooperativista. * Deve ter registro interno. * Pode ter bloco de produtor e notas fiscais. * Deve ter registro oficial da contabilidade.

FIGURA 1: FORMAS DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA
FONTE: MST, Caderno de Formação, nº 20, 1993.

3.3.1 Princípios da Cooperação no Sistema de Cooperativas dos Assentados

De acordo com a CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil - (2006), o MST tem os seguintes princípios de cooperação no sistema de cooperativas dos assentados:

- a) **Gestão Democrática:** Todos os associados da empresa associativa, legal ou não, devem ter os mesmos direitos e deveres. Entre eles está assegurado o direito/dever de participar das decisões, do planejamento, do trabalho, da distribuição das sobras.

Cada experiência de cooperação deve definir os espaços (instâncias) e as formas que permitam, organizadamente, a participação de todos. Quem tem a função de dirigir, obrigatoriamente o faz em nome de todos. Quem é coordenador de um setor de trabalho ou de um núcleo de base deve saber coordenar de forma participativa para que todos se sintam bem e aprendam com isso. Tudo o que envolve a vida da cooperativa deve estar vinculado à vida de cada sócio e à democracia interna. É preciso distribuir as responsabilidades para que haja participação integral de todos os sócios.

A distribuição de responsabilidades constitui-se, de certa forma, numa estratégia de envolvimento dos associados, o que lhes possibilita a participação democrática.

Por outro lado, a democracia significa também participação econômica, tanto no pagamento das quotas-partes como na distribuição das sobras.

- b) **Neutralidade:** Como as cooperativas têm o princípio de reger não apenas a vida econômica das famílias, mas também a vida social e cultural, é preciso saber em que manter a neutralidade e em que não se deve ser neutro.

Embora todos tenham direito a escolher o seu partido político, a sua religião e ter opções culturais diferentes, deve-se evitar que a ignorância prejudique tanto a vida individual quanto a coletiva.

Nenhum desses aspectos deve, porém, ser empecilho para se organizar uma experiência de cooperação e fazê-la funcionar. Importante é entender que a sociedade se divide em classes sociais onde uma domina a outra. O partido, a cultura, a raça, o gênero e a sexualidade são elementos que compõem a vida das pessoas e é preciso saber tolerar, aperfeiçoar e dar continuidade ao que está correto e eliminar de forma radical tudo o que está errado e atrapalha a vida da organização.

c) **Ser uma ferramenta de luta da classe trabalhadora:** Os assentamentos e, de forma especial, as cooperativas ligadas ao SCA, devem ser uma ferramenta de luta para a conquista da reforma agrária e para a transformação da sociedade.

O seu caráter de luta deve se manifestar internamente através da formação político-ideológica, da mística, da capacidade de crítica e autocritica e, externamente, através da participação nas lutas do MST e da classe trabalhadora e das ações de solidariedade, com a finalidade de romper com a lógica de exclusão social dos trabalhadores.

d) **Distribuir sobras:** Os excedentes ou as sobras são distribuídos aos associados de acordo com a participação de cada um nas operações da cooperativa.

Ao final do ano (ou mesmo nas antecipações durante o ano), a distribuição das sobras é feita não por igual para todos, mas na proporção das horas ou dias

trabalhados. Esse mecanismo passou a estimular as pessoas a dedicarem o maior tempo possível de trabalho à cooperativa ou grupo coletivo, e premia os que mais se esforçaram. Com isso a produção cresce, melhorando as condições de bem-estar e os recursos para investimentos na produção.

- e) **Direção coletiva:** Todos os participantes têm igual direito e poder.
- f) **Organização da base social via núcleos:** Todos os assentamentos, independentemente da forma de cooperação, devem se organizar em núcleos de base. Eles são um espaço para discutir os problemas do assentamento, a organização da produção, a luta dos trabalhadores e o avanço da cooperação.
- g) **Massificar a cooperação entre os assentados:** Com este princípio, busca - se incentivar e organizar a cooperação agrícola nos assentamentos. O Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) tem como função conscientizar todos os assentados para ingressarem na cooperação agrícola, independentemente das formas de cooperação, para resistir aos impactos das políticas dos governos burgueses. O importante não é a forma, mas o ato de cooperar. Massificar a cooperação entre os assentados representa, também, a garantia da organização de base dos trabalhadores.

4 TRAJETÓRIA HISTÓRICA E SOCIOECONÔMICA DA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA VITÓRIA

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Com uma área de 406,791 km², o território municipal encontra-se povoado por uma população total de 9.106 habitantes, em média 20% dessa população está localizada na área rural, e, do total dos estabelecimentos agrícolas, 72,9% são considerados empreendimentos familiares (IBGE, 2006). O município também localiza-se próximo de importantes centros consumidores, como Maringá e Londrina.

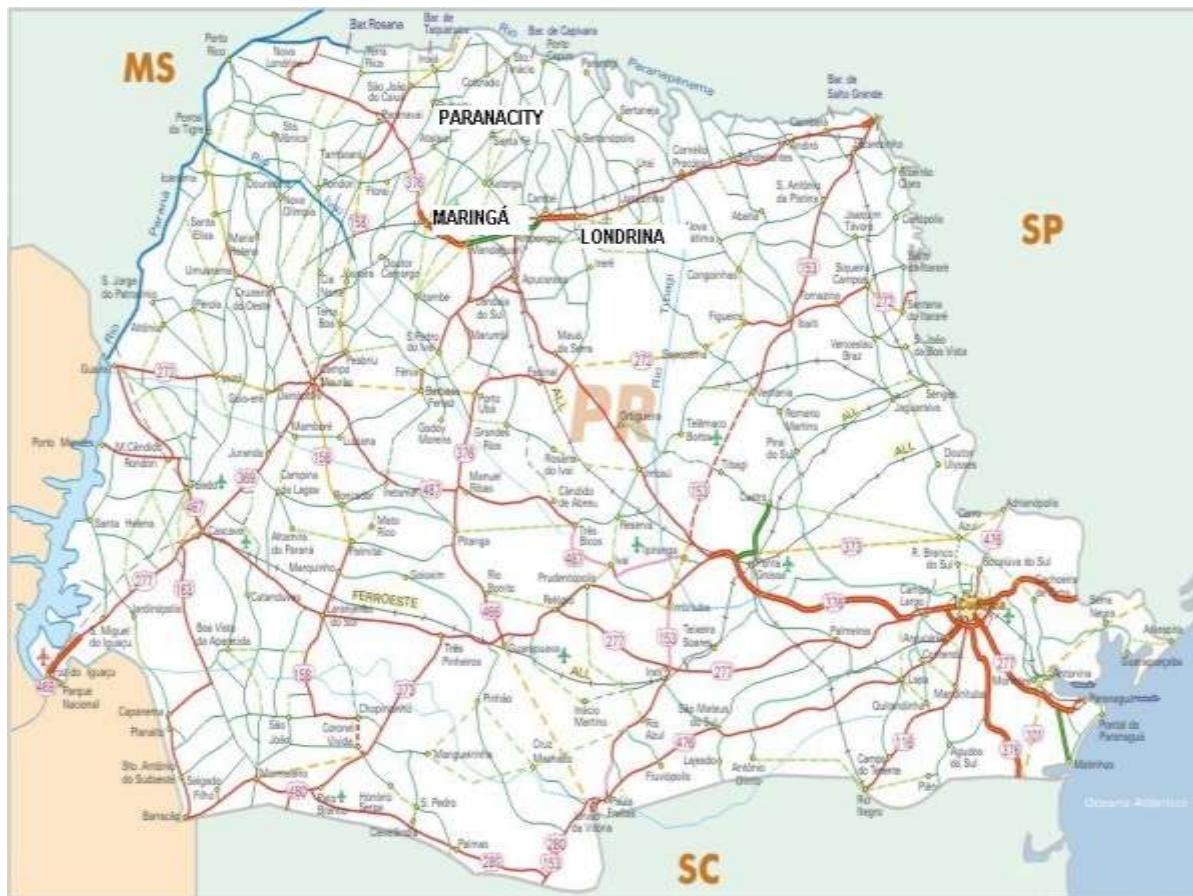


FIGURA 2: Localização do Município de Paranacity/PR
Fonte: IBGE (2005)

A propriedade da terra não é o único elemento a ser considerado em relação à necessidade da reestruturação fundiária no Brasil. Entre o total de propriedades do município, 33,6% possuem entre 20 e 50 ha, e um percentual de 21,5 de estabelecimentos com área menor que 5 ha, o que, na maioria dos casos, inviabiliza sua sustentabilidade econômica através da agricultura, com exceção de algumas atividades econômicas, sua localização e/ou seu grau de capitalização.

Em Paranacity, conforme demonstra a Tabela 6, abaixo, 26,6% dos estabelecimentos familiares possuem, sob qualquer condição, menos de 5 ha, sendo que outros 38,5% possuem entre 5 a 20 ha e 25% possuem entre 20 e 50 ha. Ou seja, 90,1% dos estabelecimentos familiares possuem menos de 50 ha. Os agricultores familiares com área entre 50 ha ou mais são representados por 9,9% dos estabelecimentos.

TABELA 6 - Número de Estabelecimentos por Estratos de Área no Município de Paranacity.

Categorias	Total		Menos de 5 ha		Entre 5 e 20 ha		Entre 20 e 50 ha		Entre 50 e 100 ha		Mais de 100 ha		
	Número	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
TOTAL	428	92	21,5	144	33,6	107	25,0	31	7,2	54	12,6		
Total Familiar	312	83	26,6	120	38,5	78	25,0	17	5,4	14	4,5		
Patronal	114	7	6,1	24	21,1	29	25,4	14	12,3	40	35,1		
Entidades Públicas	2	2	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0		

Fonte: *Censo Agropecuário 1995/96, IBGE.*

Elaboração: *Convênio INCRA/FAO.*

Entre os agricultores patronais, a maioria, 47,4% possui estabelecimentos com área superior a 50 ha, com destaque a estabelecimentos com mais de 100 ha.

A Tabela 7 mostra o número de estabelecimentos e a área total do município de Paranacity, demonstrando também a participação no valor bruto da produção (VBP).

TABELA 7 - Número de Estabelecimentos, Área e Valor Bruto da Produção no Município de Paranacity.

Categorias	Estabelecimentos		Área Total		Valor Bruto da Produção	
	Número	%	Hectares	%	1000 Reais	%
TOTAL	428	100,0	32.405	100,0	7.182	100,0
Total Familiar	312	72,9	7.921	24,4	2.003	27,9
Patronal	114	26,6	24.482	75,6	5.098	71,0
Entidades Públicas	2	0,5	2	0,0	81	1,1

Fonte: *Censo Agropecuário 1995/96, IBGE*

Elaboração: *Convênio INCRA/FAO*.

Segundo o Censo Agropecuário do IBGE 1995/96, existem no município 428 estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 32.405 mil hectares. O Valor Bruto da Produção (VBP) Agropecuária foi de R\$ 7.182 mil.

A Tabela 7 mostra que, no total familiar (312 estabelecimentos), ocupando uma área de 7.921 ha, houve uma participação no Valor Bruto da Produção do município de 27,9%, e o patronal, ocupando uma área aproximadamente três vezes maior, foi responsável por 71% do valor.

QUADRO 4 - Estabelecimentos Agropecuários segundo as Atividades Econômicas no Município de Paranacity

Atividades econômicas	Estabelecimentos
Horticultura	2
Lavoura permanente	59
Lavoura temporária	58
Pecuária	274
Produção mista	35
Total	428

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1996

A atividade agropecuária de Paranacity está baseada na pecuária e na lavoura permanente e temporária. Em relação à lavoura, o destaque é para cana-de-açúcar, como mostra a Tabela 8.

TABELA 8 - Paranacity - Área Colhida, Produção, Rendimento Médio e Valor da Produção Agrícola

Produtos	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento médio (kg/ha)
Algodão (em caroço)	450	752	1.671
Café (em coco)	80	90	1.125
Cana-de-açúcar	14.502	1.081.211	74.556
Feijão	300	150	500
Laranja	10	298	29.800
Mandioca	500	10.000	20.000
Milho	490	1.575	3.214
Soja	730	1.460	2.000
Tangerina	1	1	1.000
Urucum	550	605	1.100
Uva	2	15	7.500

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2004.

4.2 HISTÓRICO DA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA VITÓRIA (COPAVI)

A Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI) surgiu através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no mês de janeiro de 1993, inicialmente com 20 famílias que ocuparam a fazenda Santa Maria, localizada no município de Paranacity, noroeste do Estado do Paraná, a 110 km de Maringá.

A ocupação da Fazenda Santa Maria iniciou-se em 1988, porém sua implantação somente foi efetivada em 1993, contemplando as famílias que faziam parte do MST, provenientes de várias regiões do Estado.

Com uma área de 256,52 ha, desapropriada pelo INCRA em 1988, a fazenda servia para o plantio de cana-de-açúcar para uma usina da região. A área estava, porém, arrendada irregularmente, ocasionando uma disputa pela posse, do que resultou a vistoria feita pelo INCRA em 1987, que a considerou improdutiva e, em consequência, foi desapropriada através do Decreto Federal nº 96.259, de 30 de junho de 1988, para fins da reforma agrária.

Mesmo com o decreto federal, o proprietário da área, contrariando essa decisão, arrendou a propriedade, ou seja, a área foi ocupada por um grupo de trabalhadores rurais de Paranacity logo após ter sido desapropriada. Na ocasião, o proprietário conseguiu, junto à prefeitura e aos representantes legais do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paranacity, negociar a saída dos ocupantes da área, ocasião em que, aproveitando-se da contestação legal da desapropriação e da desocupação da área, firmou um contrato de arrendamento com a usina de açúcar.

Em 1992, os trabalhadores rurais sem-terra averiguaram junto ao INCRA, confirmada pela Resolução nº 306, de 12 de novembro de 1992, a situação da área,

e constataram que ainda estava arrendada. Foi então que o MST decidiu ocupá-la e nela desenvolver uma experiência de assentamento, através da fundação da cooperativa, gerenciada pelos próprios trabalhadores.

A partir de então, o MST, já com a emissão de posse a seu favor, organizou uma discussão em todo o Estado para identificar famílias interessadas em deslocarem-se para o município e iniciar um trabalho coletivo. No início de 1993, houve o aceite de um grupo de famílias pertencentes ao MST, originadas das regiões Sudeste, Centro-Sul e Sudoeste do Estado do Paraná, que ocuparam a área e iniciaram um trabalho coletivo na mesma.

No começo, o INCRA não aceitou as famílias pertencentes ao MST, tendo como justificativa que as de Paranacity tinham preferência na posse da área, situação que gerou um conflito entre as famílias do MST e as do município. O apoio da Igreja Católica foi decisivo para as famílias sem-terra do MST, o que gerou o início da aceitação na população local.

A Igreja declarou seu apoio às famílias do MST e à luta pela terra desses trabalhadores, e, juntamente com o MST, distribuiu uma carta aberta à população dos municípios vizinhos, com o intuito de justificar a sua ação e atraí-los para a causa.

Em 1993, a área foi ocupada, entretanto ainda estava coberta de cana-de-açúcar, impedindo que os assentados começassem a trabalhar de imediato na terra, tendo que, primeiramente, retirar a cana-de-açúcar, para depois começarem a trabalhar na terra, pois a área do assentamento ainda permanecia coberta de cana e a usina resistia em fazer a colheita.

Segundo a COPAVI, atearam fogo na lavoura e, com ajuda de outros acampados da região, cortaram praticamente toda a cana, que venderam para um

usineiro da região. Naquele momento, as famílias iniciariam a agregação de valor. Com a cana-de-açúcar que sobrou, fizeram, improvisadamente, rapadura para consumo e para a venda. A partir de então, no dia 10 de julho desse mesmo ano, deram início à Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA), denominada de Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda. (COPAVI), que posteriormente passou a ser referência do assentamento, tanto na dimensão produtivo-econômica, quanto nas áreas social e política, subordinando-se às diretrizes do MST.

Para poder sobreviver, uma parte das pessoas trabalhava como bóia-fria para outros produtores da região e o restante trabalhava na área plantando mandioca, uma cultura que iniciaram para a sobrevivência das famílias no assentamento.

Segundo a cooperativa, o apoio da Igreja, inclusive com doações de animais e materiais de construção, é lembrado até hoje como fator fundamental para a resistência do grupo. A Igreja até mesmo participou da definição do espaço da agrovila, o que possibilitou o início da construção das casas.

Dessa forma, os participantes do movimento insistiram aproximadamente cinco anos para obter a posse da terra. Esses trabalhadores ocuparam a terra com o objetivo de ali implantar um sistema coletivo de exploração agrícola, organizado em forma de cooperativa.

Em 1994, após quase um ano acampados na fazenda, o INCRA emitiu o título de propriedade da terra, dos 256,52 hectares do assentamento. Os títulos da terra foram auferidos em nome da cooperativa, que, a partir daí, deu início às atividades produtivas, envolvendo as vinte famílias associadas. A cooperativa tem um projeto coletivo, onde os lotes não são divididos, e os títulos são de propriedade

coletiva, portanto o patrimônio da cooperativa pertence a todos os associados, nada podendo ser consumido, doado ou vendido por nenhum associado.

Após se organizarem, iniciou-se o processo de planejamento da área, onde se definiu o espaço da agrovila para a construção das casas, que foram, no primeiro momento, construídas de forma improvisada, com madeira da própria área e também com material comprado pelas famílias. Construíram, ainda, um refeitório coletivo e o escritório.

Conseguiram, nesse período, instalar algumas estruturas produtivas e de suporte. Os assentados transformaram, portanto, uma área pequena, coberta de cana-de-açúcar, inabitada, em lugar de morada e de geração de renda agropecuária para as 20 famílias assentadas. Nesse período, iniciaram a instalação das infraestruturas produtiva e de suporte, como se pode verificar no quadro a seguir:

QUADRO 5. Descrição da Infra-Estrutura Instalada na COPAVI

Descrição	Quantidade	Situação atual
Abatedouro	1	Funcionando para abate de aves e suínos para o autoconsumo.
Aviário	2	Produção direcionada ao autoconsumo.
Barracão	2	Utilizado como depósito de máquinas.
Caixa d'água	1	Em funcionamento.
Escritório	1	Em funcionamento.
Estábulo	1	Em funcionamento.
Laticínio	1	Em funcionamento.
Padaria	1	Em funcionamento, na estrutura de secagem de bananas.
Refeitório	1	Utilizado para servir café da manhã e almoço.
Sala de ordenha	1	Em funcionamento.
Unidade de beneficiamento da cana-de-açúcar	1	Em funcionamento.
Unidade de secagem de bananas	1	Está suspensa. Sem viabilidade de comércio.

Fonte: Dados da pesquisa, 2006.

Atualmente fazem parte da COPAVI 22 famílias, que são filhos de agricultores familiares e que se adaptam à coletividade e fazem parte do MST, somando 79 pessoas, entre crianças e adultos.

Um outro aspecto relacionado às condições de vida do assentamento levantado na pesquisa foi a escolaridade e a faixa etária dos assentados. A tabela abaixo mostra a composição etária das pessoas do assentamento.

TABELA 9: Idade da População da COPAVI, 2006

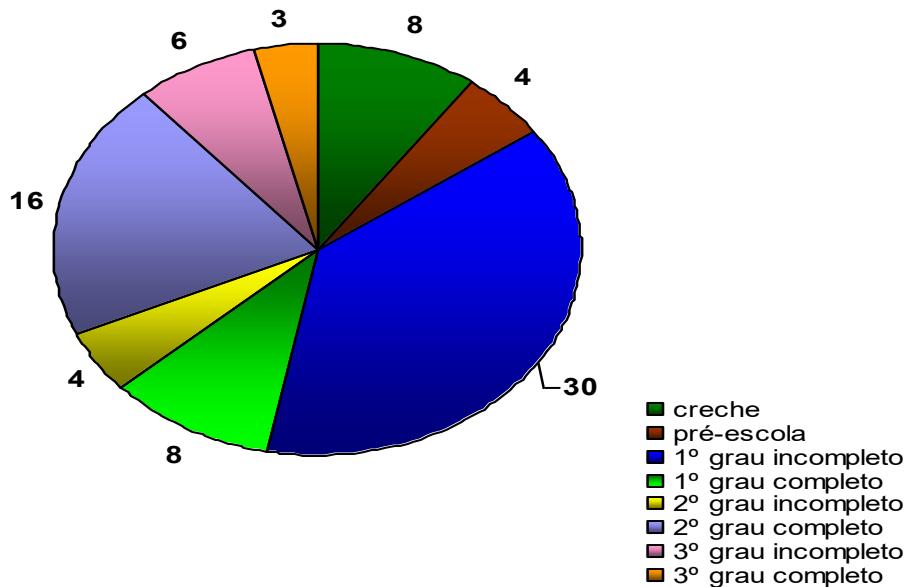
Faixa etária	nº de pessoas	%
0 a 14	30	37,97
15 a 25	16	20,25
26 a 35	13	16,46
36 a 40	4	5,06
41 a 50	11	13,92
mais de 51	5	6,33
TOTAL	79	100,00

Fonte: Dados da pesquisa, 2006.

A Tabela 9 demonstra que 55,69% das pessoas que vivem na cooperativa estão na faixa de idade que varia de 15 até 50 anos, sendo que crianças e adolescentes somam mais 37,97%, e, apenas, 6,33% possuem mais de 51 anos.

Verificou-se também que, em 2006, oito crianças (10,13% dos habitantes do assentamento), com idade entre 1 e 4 anos, freqüentam a creche da cidade de Paranacity.

GRÁFICO 1: Escolaridade dos Habitantes do Assentamento Santa Maria



Fonte: Dados da pesquisa, 2006.

Um dado interessante verificado é que praticamente todos os assentados acima de 14 anos começaram a estudar ou concluíram grau escolar no assentamento, trabalhando de dia e estudando à noite. Segundo a COPAVI, no início do assentamento, todos os membros da cooperativa em idade escolar freqüentavam a escola na sede do município, inclusive os adultos, no período noturno. Resulta daí que, no momento todas as pessoas do assentamento são alfabetizadas.

Gumieiro (1999) fez uma análise do número de famílias que desistiram de ser associadas na COPAVI e apontou, como principais motivos e questões a serem respondidas e superadas no coletivo, as seguintes hipóteses:

- os ganhos alcançados pela organização produtiva não têm sido revertidos em ganhos financeiros para os cooperados. A fase em que se encontravam os assentados era de subsistência;
- falta de clareza dos objetivos individuais perante os objetivos do coletivo;

- c) centralismo na tomada de algumas decisões;
- d) desconhecimentos dos sócios das estruturas gerenciais e contábeis da cooperativa, o que gerou algumas desconfianças;
- e) sentimento de não ser dono;
- f) falta de preparação para conhecer a estrutura da cooperativa de produção, que é muito complexa.

Segundo o estatuto da cooperativa, no caso de saída, decide-se em assembléia geral (ou pelo conselho deliberativo) a forma e o prazo de devolução da cota-parte, não tendo o desistente direito a terra ou a qualquer outro bem patrimonial da cooperativa. Segundo a cooperativa, não houve desistência por parte das famílias nos últimos seis anos.

4.3 FORMA DE ORGANIZAÇÃO DA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA VITÓRIA

A COPAVI está ligada à Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), fazendo parte do planejamento e dos projetos do Sistema Cooperativista dos Assentados, seguindo as orientações político-ideológicas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A proposta de uma CPA para o assentamento foi fruto de um intenso processo de discussão entre os autores envolvidos na causa.

Buscou-se uma certa especialização da mão-de-obra e promoveu-se a divisão do trabalho, tendo como fator principal a eliminação do atravessador através

da comercialização direta. A agroindustrialização constitui-se, pois, num fator importante para a agregação de valor.

O assentamento se destaca pelo sistema que as famílias contempladas pelo INCRA escolheram para administrar as atividades, ou seja, o sistema segue as orientações do MST nas suas linhas políticas e programáticas a nível nacional, estadual e regional e tem por objetivo, segundo seu regimento interno:

- ser uma cooperativa de produção, comercialização e industrialização, em vista de organizar o trabalho de seus sócios;
- contribuir com o MST, através da liberação da mão-de-obra para o movimento e seus setores de organização;
- ser uma organização social de reivindicação, exemplo e de luta em favor da reforma agrária e do interesse do seu quadro social;
- dar exemplo através dos resultados econômicos e sociais de que a reforma agrária dá certo;
- buscar a especialização de mão-de-obra;
- garantir a participação nas decisões, execução, controle e divisão das sobras através de gestão democrática.

Com essas finalidades, a COPAVI é organizada tendo como base as exigências da vigente legislação de cooperativas do país e as necessidades apontadas no planejamento anual. A sua estrutura não é rígida, pois, mantendo o que é exigido em lei, a assembléia pode extinguir ou incluir mudanças no regimento interno para alterar a estrutura, fato que vem sendo trabalhado desde o início do assentamento e da cooperativa.

A cooperativa está organizada em dois pilares inter-relacionados: o político e o administrativo. Na parte da organização política, realizam-se as discussões e definem-se as estratégias. Na organização administrativa, executam-se as decisões tomadas na instância da organização política. As duas se guiam pelo regimento interno e pelo estatuto social.

O planejamento global da empresa, o conselho diretor, os coordenadores dos setores, a admissão e exclusão dos sócios e a prestação de contas são definidos na assembléia geral, que é realizada mensalmente com a participação de todos os sócios.

A cooperativa está organizada em setores, a saber: setor agroindustrial, setor comercial, setor de apoio e setor agrícola. Cada setor deve escolher um coordenador, para unificar o planejamento das atividades, executar o que foi aprovado em assembléia, controlar a mão-de-obra das atividades, solicitar a capacitação de membros do setor conforme a necessidade e eleger ou reeleger o coordenador mensalmente.

Compete aos coordenadores dos setores: representá-lo na equipe de coordenações, reunindo os integrantes sempre que necessário, acompanhar a execução das metas e elaborar o planejamento das atividades.

A instância máxima de decisão é a assembléia geral. É importante especificar que muitas das comunicações e algumas das decisões operacionais são tomadas após consulta aos cooperados durante o (aproveitando-se do) horário das refeições no refeitório coletivo existente na COPAVI. Na ordem hierárquica seguem a assembléia geral, o conselho fiscal e o conselho deliberativo. Subordinados ao conselho deliberativo, estão os núcleos de famílias e a organização executiva.

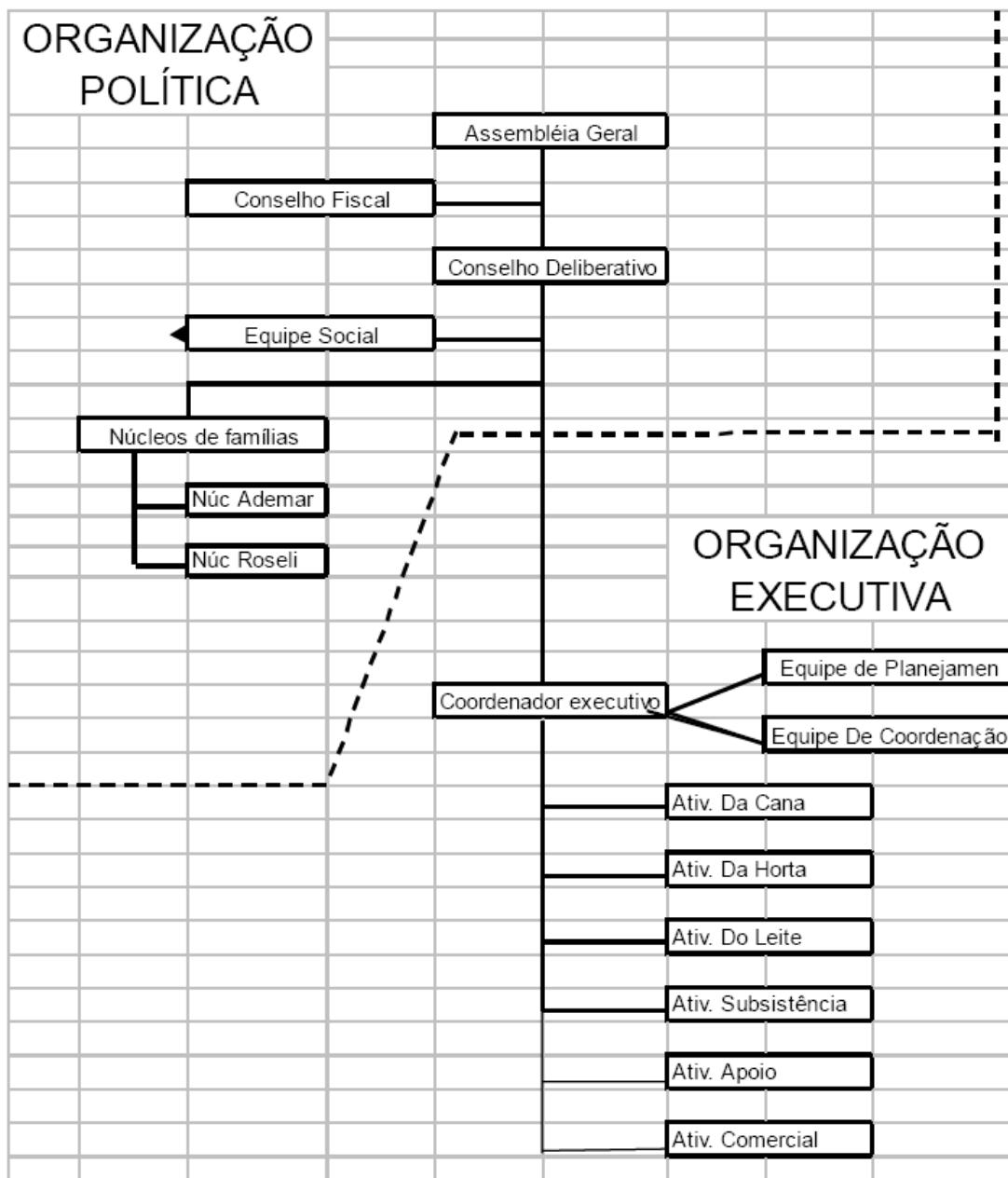


FIGURA 3. Organograma da COPAVI

Fonte: Dados da cooperativa

A assembléia geral, realizada ordinariamente a cada mês, é regida por um estatuto social. É nesse espaço que as principais decisões são tomadas, como, por exemplo, a análise e aprovação da prestação de contas do grupo coletivo de produção. Nesta instância, aprova-se o balanço financeiro do ano anterior, elegem-se os coordenadores do conselho deliberativo e também se definem as linhas gerais de ações do ano (os planos anuais) e os planos de médio prazo. Todos os

assentados participam, mas o direito a voto é somente dos cooperados e dos filhos maiores de 18 anos.

O conselho fiscal é o responsável pela fiscalização do patrimônio e das decisões tomadas pelos demais setores da cooperativa; pelas conferências das horas trabalhadas e pelo esclarecimento de dúvidas, o que será visto mais adiante. É composto por seis pessoas, três efetivos e três suplentes, eleitos a cada três anos em assembléia geral.

O conselho deliberativo é formado pelo presidente, tesoureiro, secretário-geral, coordenador executivo e dois coordenadores dos núcleos das famílias. É essa instância que, de fato, faz a gestão do dia-a-dia da cooperativa e é, em grande parte, o centro formulador de muitas das propostas e análises submetidas e adotadas por todo o grupo de assentados. Nesse sentido, tem como função analisar e adequar o planejamento dos setores, para manter o plano de trabalho das atividades, avaliar e encaminhar e dirigir os trabalhos, conforme decisão da assembléia, bem como garantir a unidade e a disciplina do grupo. A direção legal (presidente, vice-presidente, tesoureiro, vice-tesoureiro e secretário geral) é eleita por voto secreto de todos os cooperados, por um período de três anos. A função da direção é a representação externa da cooperativa, tanto em questões econômicas quanto políticas e jurídicas, uma função mais burocrática. O presidente “legal” é quem dirige e coordena as assembléias e as reuniões do conselho deliberativo.

Ainda, como parte da organização política, os núcleos de base têm por função assegurar o espaço para debates e questionamentos gerais da gestão estratégica e os aspectos sociais e políticos do coletivo. Os núcleos são organizados segundo a proximidade das moradias e representam o espaço privilegiado de manifestação democrática sobre as questões gerais da COPAVI. Neste espaço,

discutem-se as prestações de contas mensais, as propostas de planejamento e de investimentos e avalia-se o andamento geral da cooperativa, especialmente em relação às questões políticas e de relacionamento interno. Os núcleos reuniam-se, no início, mensalmente, mas decidiu-se, em 2004, realizar reuniões quinzenalmente, para assegurar maior tempo para discussões e possibilidade de interferir mais efetivamente na condução da cooperativa.

A organização executiva é a instância responsável pela organização das atividades e a sua execução, e, eventualmente, as discussões, do processo de trabalho em si. As subdivisões desta instância, os chamados setores, discutem apenas questões relacionadas com a produção e a execução dos planos aprovados pela assembléia. O coordenador executivo é o responsável direto pelas atividades produtivas, seja da produção primária, da agroindustrialização, das questões administrativas e comerciais. Esse tem como função contribuir para a elaboração e organização do planejamento dos trabalhos, além de garantir a integração e a harmonia entre as diferentes atividades, bem como servir de apoio aos coordenadores dos setores.

No ano de 2002, houve uma mudança mais significativa na organização: separaram-se as duas linhas, política e executiva, das atividades, que foram agrupadas por cadeias produtivas, como podem ser vistas nas atividades da cana-de-açúcar, do leite, e outras, incluindo-se aí desde a produção de matérias-primas até a agroindustrialização e preparo para o comércio. Antes, a produção primária e a agroindustrialização eram separadas. A decisão de agregá-las deu-se por uma necessidade maior de controle. E, segundo os assentados, esta organização é melhor porque quem estiver coordenando uma atividade terá a visão da cadeia produtiva como um todo, facilitando o planejamento e a continuidade das ações.

4.4 FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA VITÓRIA

Dentro da COPAVI existem os núcleos que são formados pelas famílias, devendo cada núcleo escolher uma coordenadora e um coordenador para representá-los internamente e, também, o assentamento junto ao MST.

Os núcleos têm como função elaborar propostas para o bom andamento da cooperativa, discutir as questões políticas da COPAVI e do MST, debater os encaminhamentos solicitados pelo Conselho Deliberativo (formado pelo presidente, tesoureiro, secretário-geral, coordenador executivo e os coordenadores dos núcleos), apreciar e debater a prestação de contas antes de ser aprovada, reunir o núcleo sempre que necessário e coordenar as reuniões de forma coletiva.

Atualmente, nos 96 alqueires do Assentamento Vitória (COPAVI), as famílias dedicam-se a atividades como: produção de leite e derivados, horta orgânica, suinocultura, gado de leite, avicultura, padaria e fabricação de cachaça, açúcar mascavo e melado.

A organização do assentamento é elaborada de maneira coletiva, cujas tarefas são divididas em grupos e o resultado da produção é dividido entre todos. Assim, há grupos que cuidam da produção, outros da venda, outros da subsistência e outros que cuidam da área social.

De segunda- a sexta-feira, o café da manhã e o almoço são coletivos, servidos no refeitório do assentamento, tendo em vista que a semana da empresa é de segunda a sábado, com um mínimo de carga horária por sócio correspondente a 44 horas semanais para adultos maiores de 18 anos. Para a faixa etária que vai de 14 a 17 anos, somente é possível prestar serviços à COPAVI com a autorização dos

pais, desde que o trabalho não interfira em seus estudos. Assim, os que pertencem a essa faixa etária não têm a obrigação de uma carga horária mínima, porém ganham 65% do valor das horas dos adultos maiores de 18 anos.

Os sócios da COPAVI têm direito de estarem informados de todo o andamento da empresa, bem como de participar da distribuição das sobras, conforme o seu trabalho. Em contrapartida, cada um tem como obrigação estar inserido em algum setor da cooperativa e de trabalhar na empresa por - no mínimo - 176 horas mensais, entre outras responsabilidades.

Em caso de desistência, por parte de alguma família, o interessado deverá esperar até a conclusão do balanço do exercício em vigor, bem como a aprovação da assembléia, para retirar as suas cotas num prazo máximo de dois anos. O sócio que vier a desistir do quadro social da COPAVI não terá direito a nenhuma parcela de terra e nem de permanecer na área da empresa, tendo em vista que a área é coletiva.

Vale ressaltar – pela importância do fato – de que faz aproximadamente seis anos que não há desistência de nenhuma família na cooperativa. Dos que ingressaram na COPAVI desde sua fundação, apenas 30% não se adaptaram à organização coletiva, sendo as vagas repostas por novos integrantes.

A divisão do trabalho e a especialização constituem aspectos importantes para a forma de organização que a COPAVI tem utilizado. A execução das tarefas está organizada em seis setores, denominados de atividades. Os coordenadores de cada atividade encarregam-se de organizar a produção, controlando e organizando a mão-de-obra da atividade; requerendo materiais ou produtos com o orçamento prévio; anotando e repassando os dados de horas trabalhadas dos membros da

atividade; analisando e avaliando o desempenho da atividade mensalmente e respondendo pelos equipamentos utilizados.

Em reuniões semanais, busca-se a solução para os problemas que surgem diariamente, tendo em vista o atendimento da demanda do mercado.

A rotação de trabalho não é muito freqüente, mas é entendida como necessária. Pelo regimento interno, homens e mulheres devem trabalhar no mínimo 176 horas mensais, em casos normais.

TABELA 10 - Quantidade média de horas/mês trabalhadas na COPAVI

Ano	Quantidade de trabalhadores	Quantidade média de horas/mês/trabalhadas	Variação ano-ano da
			quantidade de horas(%)
1994	54	114,38	-
1995	52	125,44	9,67
1996	51	122,13	-2,64
1997	36	180,02	47,4
1998	31	188,06	4,47
1999	29	210	11,67
2000	37	191,89	-8,62
2001	38	176,32	-8,11
2002	37	198,29	12,46

Fonte: Arquivos da COPAVI

A tabela mostra que, no período entre 1994 e 1999, o número de trabalhadores foi reduzido em 42%, por conta da saída de algumas famílias. O número médio de horas por trabalhador fez, no entanto, um movimento inverso. A média de horas trabalhadas/mês por trabalhador, de 1994 a 1996, foi de 120, enquanto que, nos anos posteriores, passou para 191, em média. Tendo em vista

que a produção se mantinha crescente durante o período, isso permite deduzir que as atividades previstas e os investimentos realizados foram mantidos graças ao aumento de carga de trabalho sobre aqueles que permaneceram.

Todos os trabalhadores do assentamento, excluindo os adolescentes, recebem o mesmo valor por hora trabalhada, independente de ser ou não cooperado e do tipo de atividade realizada. Os adolescentes, dos 14 anos aos 17 anos, recebem 65% do valor das horas dos cooperados. A remuneração da hora para aqueles que têm entre 17 e 18 anos é de 85% do valor pago aos cooperados. Caso a quantidade de horas ultrapasse a 100 horas/mês, receberão, pelas horas excedentes, o valor das horas dos cooperados. A partir dos 18 anos, eles podem ser cooperados.

Não há diferenciação entre a remuneração das atividades administrativas e da lavoura. Esta norma foi fixada desde o início e é motivo de orgulho para todos. O horário de trabalho é das 7 às 19 horas, com uma hora de intervalo para almoço. No sábado, o horário é das 7 às 11h30.

Como alguns têm de trabalhar fora do horário normal de trabalho, nos finais de semana e nos feriados, estabeleceu-se, nesses casos, que a remuneração é 50% maior para cada hora trabalhada. Estão estabelecidos no regimento interno os casos de dispensa do trabalho. Não só nos casos de maternidade/paternidade, doenças da família e de parentes próximos, mas o cooperado é também dispensado do trabalho quando a família recebe parentes e amigos próximos.

O direito a trinta dias anuais de férias, não remuneradas, é assegurado. A licença paternidade é de cinco dias e de a maternidade de sete meses. Seguindo os métodos de incentivos, está sendo testada - com assessoria de um profissional especializado - uma experiência de valoração com pontos, como forma de

motivação. Nessa experiência todos os cooperados atribuem uma nota aos demais, seguindo três critérios: companheirismo, responsabilidade com o trabalho e responsabilidade perante o coletivo.

Cabe destacar, também, que as mulheres são liberadas para o trabalho porque os filhos ficam na creche e recebem o mesmo valor pelas horas trabalhadas. Os homens ajudam em algumas tarefas domésticas. As mulheres participam parcialmente das atividades produtivas apenas nos casos de doença dos filhos e de familiares próximos como pai e mãe. No geral, elas estão presentes em todos os setores e atividades, sejam aqueles voltados para a comercialização ou aqueles com importância relacionada à subsistência da cooperativa. Esse primeiro sistema causou alguns incômodos naquelas pessoas que receberam uma menor pontuação e, por isso, está sendo revisto e adequado. Estão discutindo o método mais detalhadamente nos núcleos de base, apesar de estarem conscientes de que levarão tempo e trabalho para chegar ao melhor método de valoração.

5 VOLUME DE PRODUÇÃO E RESULTADOS ECONÔMICOS DA COOPERATIVA

A dimensão eminentemente política da luta pela terra, demonstrada, especialmente, em ações coletivas envolvendo segmentos diversos dos trabalhadores rurais, tem como base todo um conjunto de relações sociais e econômicas, cuja influência se revela, não apenas nas formas de organização, mas, também, no próprio conteúdo das reivindicações e na natureza do projeto de reforma agrária defendido.

Para Alentejano (1996), a reforma agrária é enfrentada como um processo amplo que deverá compreender todo o campo brasileiro e todas as categorias de agricultores com pouca ou nenhuma terra, visando a uma efetiva reconstrução da sociedade e do campo brasileiro.

Surge, então, o cooperativismo e as dificuldades enfrentadas em iniciativas dessa natureza. Há, no entanto, certo consenso quanto à importância desse tipo de organização, que não é uma opção apenas ideológica ou mais avançada politicamente, mas, antes de tudo, uma determinação decorrente das relações econômicas dominantes (SILVA, 1992).

A necessidade de se conferir caráter empresarial à agricultura, estabelecendo-se elos mais fortes com o mercado, constitui alternativa defendida por estudiosos e, também, por trabalhadores e suas lideranças. E, para se atingir condições de funcionamento adequado, em termos de retorno financeiro e, consequentemente, de reprodução, admite-se, como fator indispensável, o investimento em capacitação dos agricultores, visando à organização, bem como à adequação dos mecanismos de manejo agrícola.

De acordo com Fabrini (2001), a proposta de cooperação agrícola dos sem-terra é semelhante a um empreendimento que apresenta inserção mercantil, regras e códigos formais. Concebem a organização associativa como uma saída para a sua manutenção no campo.

Nesta conjuntura, surge a proposta de cooperação agrícola do MST, viabilizada pela CONCRAB, que é uma cooperação agrícola profissionalizada, moderna, empresarial, que tem no elemento associativo/cooperativo o principal instrumento de viabilidade econômica, pois, de um lado, os assentados desenvolvem agricultura essencialmente centrada no núcleo familiar como alicerce de reprodução, e, de outro, verifica-se uma organização da produção agrícola que procura superar o modelo tradicional de agricultura familiar, tendo no trabalho coletivo sua principal alavanca (FABRINI, 2001).

São muito importantes, portanto, as experiências de trabalho coletivo nos assentamentos. Ao contrário de ações individualistas, os agricultores assentados vão desenvolvendo experiências de trabalho associativas sem descartar a importância da participação política e econômica da família.

5.1 VOLUME DE PRODUÇÃO DA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA VITÓRIA

Um ano depois da ocupação, os resultados obtidos já mostravam a diferença em relação aos anteriores numa área de 256,52 hectares onde se plantava somente cana-de-açúcar. Segundo a COPAVI, no primeiro ano agrícola 1993/1994, a produção alcançada foi muito baixa, possivelmente, de acordo com os agricultores,

devido à degradação do solo causada pela monocultura de cana-de-açúcar. Apesar da incerteza dos recursos com que contavam, foi possível, desde o início, a produção de alimentos suficientes à subsistência dos agricultores, ou seja, para prover as necessidades do consumo familiar.

Quando regularizado o assentamento, em maio de 1994, os cooperados puderam ter direito aos créditos federais direcionados às atividades produtivas, cujo financiamento era procedente do Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária (PROCERA).

Segundo dados da Cooperativa, a primeira liberação de crédito aconteceu em julho de 1994 e foi destinada à produção de leite. Cada família tinha direito a acessar R\$15.000,00 (soma dos tetos de crédito, nos valores da época), que estavam divididos da seguinte forma: o Teto I, equivalente a R\$ 7.500,00 por ser assentado e o Teto II, também R\$ 7.500,00 por trabalhar em regime coletivo.

Como a cooperativa é regida pelo sistema coletivo, todo o recurso recebido foi destinado à organização, como forma de investimento comum. Assim, além da produção do leite, deu-se início à criação de aves e de porcos. Aproveitando uma área que produzia somente cana-de-açúcar, deu-se continuidade a este cultivo, buscando, pela agroindustrialização, a agregação de valor à propriedade.

Segundo os cooperados, nos primeiros anos a principal fonte de renda era a venda da cana-de-açúcar *in natura* existente no imóvel e parte dela passou a ser processada em forma de rapadura e melado. Para a fabricação destes derivados, utilizava-se uma pequena moenda e outros utensílios já com bastante tempo de uso. Iniciou-se, também, a produção de hortaliças em estufas e, na área, a plantação de mais mandioca, feijão e milho.

Mesmo comparando a produção do primeiro ano pequena, em relação aos demais, foi importante para garantir a subsistência e a renda monetária, juntamente com as novas culturas, como o leite, os suínos e a mandioca.

Nos anos subseqüentes, a produção da cooperativa teve muitos avanços, pois, a partir de 2002, pôde-se observar uma grande variação no aumento de produtos e do volume produzido, visto que se iniciou a fabricação de iogurte, açúcar mascavo, melado de cana, cachaça, e o cultivo da alface, que, da produção hortícola, foi a verdura que teve maior demanda no mercado local.

TABELA 11 - Evolução da Produção Agropecuária da COPAVI

01 - PRODUÇÃO	2002	2003	2004	2005	% Variação da produção
Leite (em litros)	142.222,22	145.555,56	155.789,47	161.052,63	13,24
Iogurte (em litros)	2.300,00	4.150,00	11.240,00	11.630,00	405,65
Açúcar mascavo (em quilos)	38.000,00	42.000,00	77.000,00	128.000,00	236,84
Melado de cana (em quilos)	5.200,00	7.800,00	13.700,00	17.950,00	245,19
Cachaça (em litros)	-	1.500,00	6.000,00	13.000,00	766,67
Alface (em pés)	20.400,00	19.800,00	21.650,00	20.060,00	(1,67)
Mandioca (em tonelada)	5,50	6,80	6,40	7,30	32,73

Fonte: Dados da pesquisa, 2006.

A Tabela 11 mostra que, em período mais recente, houve uma variação percentual de produção crescente para muitos produtos, pois a cachaça produzida pela cooperativa vem ganhando muitos mercados, inclusive a exportação. Isso representou um aumento de 766,67% no período de 2002 a 2005 em sua produção. Foi um avanço expressivo da cultura.

É importante observar que, tanto o leite como a cana-de-açúcar, e também seus derivados, tiveram aumentos significativos. A única cultura que teve uma queda de produção ao longo dos anos foi a alface, que sofreu um decréscimo de 1,67%, ou seja, queda insignificante mediante o avanço das outras culturas. Pode-se perceber que a produção de leite e derivados assumiu destaque em termos de volume, conforme a tabela analisada.

Cabe destacar que a produção de aves e suíños para comercialização foi interrompida em 2002. Somente se produz, atualmente, para o consumo dos associados. Em relação aos derivados de cana-de-açúcar, apesar de ser a atividade mais antiga do assentamento, foi somente a partir de 2002 que ela apresentou o seu faturamento maior que os demais produtos, ficando atrás apenas do leite.

Os assentados revelam um grande grau de conscientização em relação aos métodos de produção. Dia a dia, tentam desenvolver a consciência ambiental em suas tarefas mediante a introdução, no assentamento, de técnicas agroecológicas, procurando eliminar o uso de agrotóxicos e adubos químicos. Segundo os agricultores, estas práticas foram introduzidas por conta da necessidade de preservação da natureza e por imprescindível necessidade de redução dos custos de produção.

A estratégia adotada é reduzir a aquisição de insumos externos a partir do embasamento de que quanto menor a aquisição externa maior percentual de renda ficará no assentamento, já que os preços destes insumos elevam os custos de produção. Para que a cooperativa possa produzir dessa forma, é deliberado como ela deve explorar de maneira sustentável, ao máximo, os recursos internos, evitando, assim, a compra de insumos externos e, desse modo, agregar valor e apropriando-se de soluções para a compra de insumos.

5.2 RESULTADOS ECONÔMICOS E FORMAS DE DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA VITÓRIA

De acordo com Fabrini (2001), a melhoria do padrão de vida dos trabalhadores sem-terra é visível com o assentamento e a conquista da terra. Os assentamentos não estão, contudo, limitados às questões econômicas, pois o trabalhador não tem apenas necessidade de comer, vestir, morar, mas também a necessidade de participação política e democrática, de contrapor-se ao poder e de tomar decisões.

Diante dessa assertiva, podemos afirmar que os grupos coletivos desempenham papel de articuladores dos assentados na busca de recursos, créditos, infra-estrutura, organizações de outros acampamentos e ocupações, além da própria organização produtiva.

A divisão do trabalho e a especialização constituem aspectos importantes para a forma de organização que a COPAVI tem utilizado. A cooperativa insere-se na idéia de que é necessária a formação de uma nova mentalidade, de uma nova ética no trabalho (BERGAMASCO e NORDER, 1996).

Como em outras formas de organização societária, o capital social de uma cooperativa representa os recursos investidos pelos sócios na instituição para a sua associação. Este capital é dividido em quotas-parte, cujo valor unitário não pode ser superior ao salário mínimo vigente no país. A quantidade mínima de quotas-parte a serem subscritas e o valor unitário são estabelecidos no estatuto social da cooperativa.

Atualmente, o investimento total da COPAVI está avaliado em R\$1.020.431,00, dos quais, em recursos próprios, foram investidos R\$ 130.431,00;

os obtidos a fundo perdido somam R\$ 199.000,00, e de investimentos em bancos constam R\$ 691.000,00.

Conforme demonstra a Tabela 12, a atividade do leite é a que representa o maior investimento patrimonial da cooperativa, pois, segundo os membros da mesma, a pecuária leiteira é a cadeia produtiva de sustentação econômica da COPAVI. As atividades relacionadas a este setor tiveram início desde o período em que as famílias estavam acampadas, em 1992. Atividades que, na época, serviam para fornecer leite para a subsistência e nutrição das famílias, principalmente das crianças.

Outra riqueza da cooperativa, e também com faturamento em evolução, é o setor da atividade da cana, cujos equipamentos estão avaliados em R\$ 195.673,00. Outro setor de importância para o faturamento da cooperativa é a horta, através da qual são comercializadas a alface e a mandioca. Muitas outras qualidades de hortaliças são produzidas para a subsistência dos associados. A atividade horticultora está avaliada em R\$ 17.100,00. O restante do patrimônio está todo investido em infra-estrutura, como: moradia, refeitório, veículos, barracões, viveiros, além da realização de atividades que servem para a subsistência dos membros da cooperativa.

QUADRO 6. Relação Patrimonial da Cooperativa de Produção Agrícola Vitória, 2006.

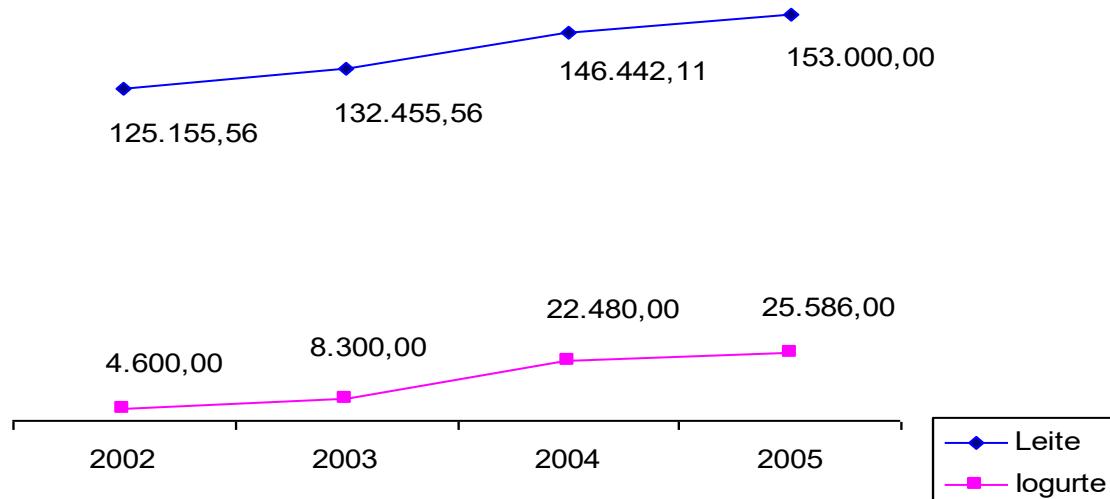
Atividades	Valor em R\$
PATRIMÔNIO TOTAL	1.020.431,00
01 - Atividade do leite	300.878,00
02 - Atividade da cana	195.673,00
03 - Atividade da padaria	25.380,00
04 – Horta	17.100,00
05 – Suínos	11.110,00
06 – Aves	4.690,00
07 – Refeitório	25.450,00
08 – Abatedor	11.000,00
09 - Secador de banana	60.000,00
10 - Barracão de máquinas	54.000,00
11 - Barracão do mercado	40.000,00
12 - Fábrica de ração	3.200,00
13 - Ferramentas de uso geral	4.600,00
14 – Tratores	23.000,00
15 - Equipamentos de trator	17.700,00
16 – Veículos	30.000,00
17 – Escritório	10.500,00
18 - Agrovila e centro social	150.500,00
20 - Instalações elétrica e hidráulicas	31.500,00
21 - Viveiro e orquidário	4.150,00

Fonte: Dados da COPAVI, 2006

Atualmente a COPAVI conta com um plantel de 145 cabeças de gado, e a atividade leiteira conta com uma infra-estrutura de caixa d'água, depósito, caixa de depósito, pasteurizador e embaladeira, equipamentos utilizados para a produção de leite pasteurizado, iogurte e outros produtos, os quais, além de abastecer o consumo interno da cooperativa, são comercializados no município local e em outros, vizinhos

a ele. Essa prática, no ano de 2005, gerou um valor de venda aproximado de R\$ 153.000,00, conforme mostra o gráfico abaixo.

GRÁFICO 2. Evolução (R\$) da Atividade Leiteira

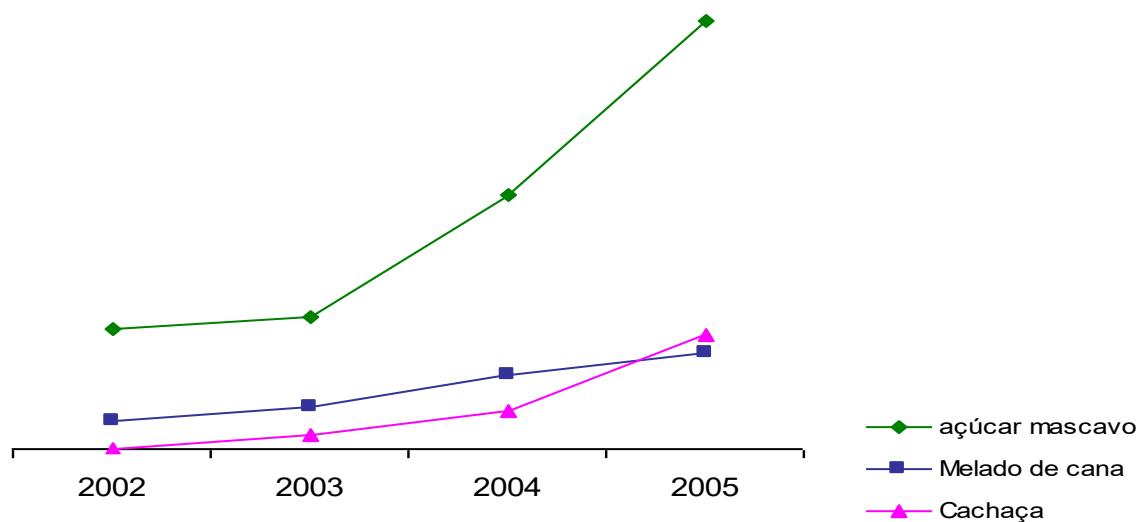


Fonte: Dados da COPAVI, 2006

O gráfico acima mostra claramente que a atividade leiteira é um fator que vem demonstrando grande crescimento nos últimos anos. Essa atividade representou um aumento de faturamento de 26,24% ao longo do período analisado. O iogurte, que é um derivado do leite, também é responsável por parte do faturamento da cooperativa, e seus valores de comercialização mostram que, do período de 2002/2003 para 2004, houve um grande salto de comercialização, pois seu volume de vendas aumentou em 74,26% e continuou em crescimento até o ano de 2005, quando se observou uma evolução de 13,8%. A atividade é, portanto, de extrema importância, quando se refere à agregação de valor nas atividades desenvolvidas pela cooperativa.

Atualmente a atividade da cana é responsável pela maior parte do faturamento da cooperativa, ou seja, o setor canavieiro apresenta-se como principal setor econômico da cooperativa. Dentre os três produtos derivados da cana que são comercializados, somou-se, em 2005, um montante de R\$ 213.670,00.

GRÁFICO 3. Evolução (R\$) da Atividade da Cana

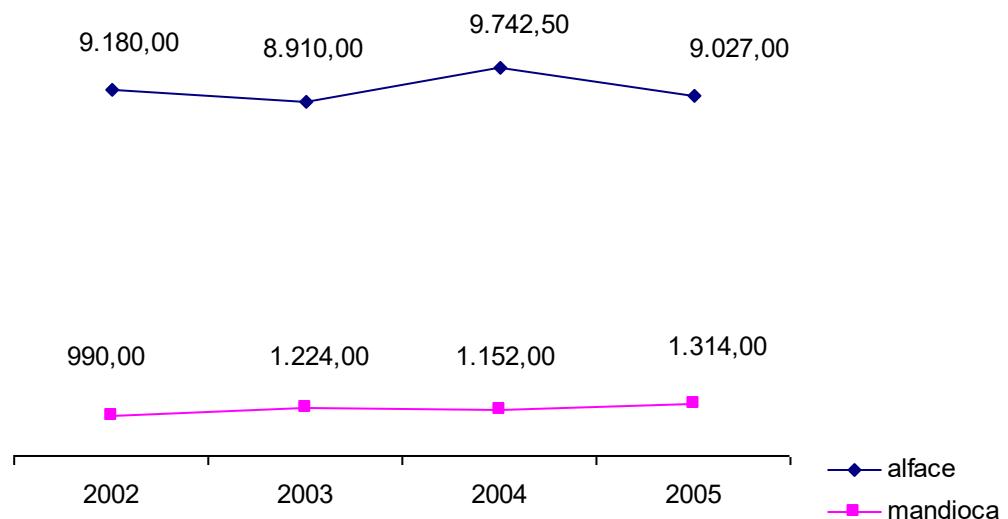


Fonte: Dados da COPAVI, 2006

Segundo os membros da cooperativa, o setor canavieiro é uma das cadeias produtivas melhor desenvolvidas pela COPAVI. Após a queima, a colheita e a comercialização da cana que estava na área quando ocorreu o assentamento, iniciou-se o cultivo planejado para a implementação da indústria de processamento da cana.

Outra atividade responsável pelo faturamento da cooperativa é a comercialização da alface e da mandioca, que respondeu por R\$ 9.027,00 no ano de 2005.

GRÁFICO 4. Evolução (R\$) da Atividade da Horta

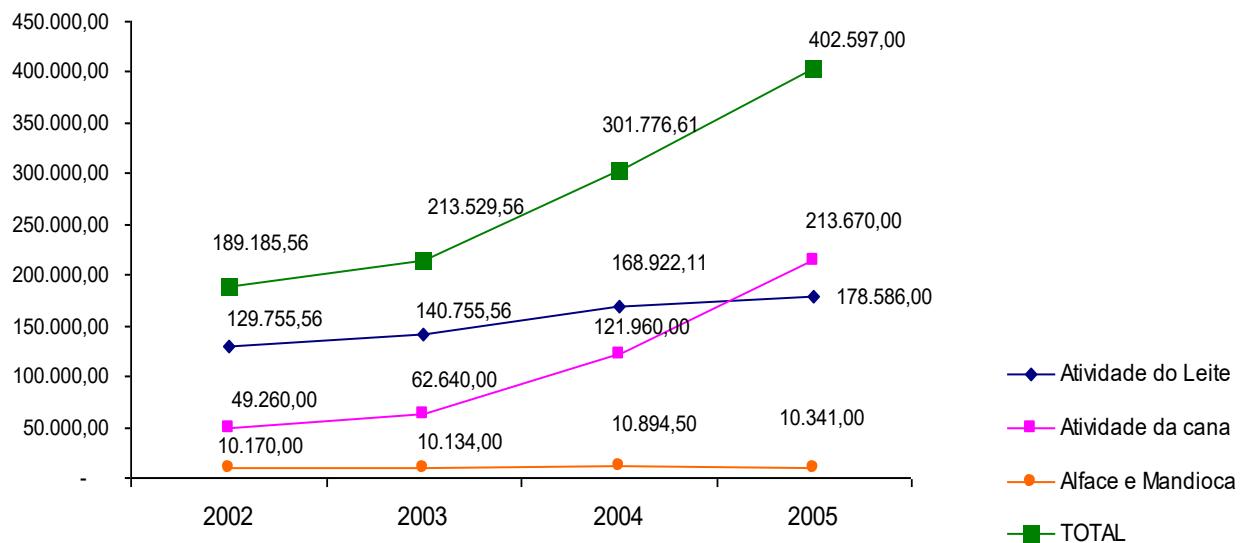


Fonte: Dados da COPAVI, 2006

A cadeia produtiva da horticultura teve início no período do acampamento quando o principal objetivo da atividade era ser sinal de resistência e fixação na terra e, também, da subsistência dos associados. Tal produção era realizada nas proximidades do acampamento e os produtos eram destinados para o consumo, e o excedente, comercializado na feira do mercado local.

Atualmente, o excedente comercializado pela cooperativa é a alface e a mandioca, culturas que, mesmo com um valor total comercializado bem menor que as culturas do leite e da cana, também são responsáveis por parte do faturamento da cooperativa.

GRÁFICO 5. Evolução (R\$) das Vendas da COPAVI

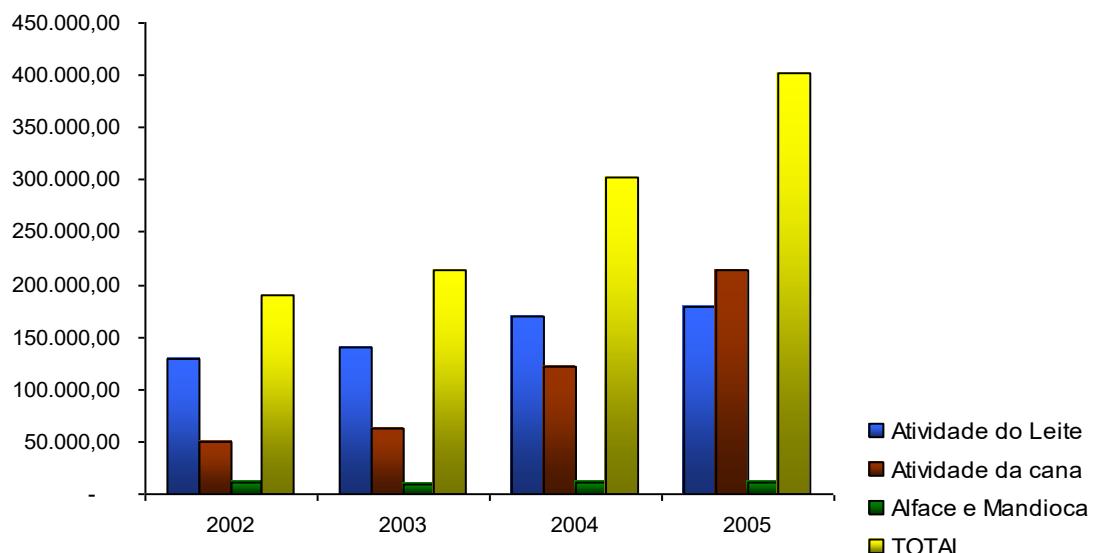


Fonte: Dados da COPAVI, 2006

O Gráfico 5 aponta para uma evolução no faturamento da cooperativa. Pode-se observar que a cultura - em ascendência a partir de 2003 - foi a atividade da cana, que atualmente responde pela maior parte do faturamento, seguida da atividade do leite, que, do período de 2004 para 2005, perdeu a liderança sobre o faturamento para a cultura da cana. A atividade de comercialização da alface e da mandioca não é tão expressiva, porém faz parte da agregação de valor para a comercialização de produtos da cooperativa.

Se analisarmos o total da vendas de 2002 a 2005, observamos que a cooperativa atingiu um volume de vendas de R\$ 1.107.088,72 nas três principais culturas comercializadas pela COPAVI. No Gráfico 4, essa evolução está demonstrada por culturas, onde fica claro que o faturamento da cooperativa está em ascendência, e o setor responsável por esse aumento é a agregação de valor produzida pelos derivados da cana.

GRÁFICO 6. Valor das Vendas (R\$) no Período de 2002 a 2005 da COPAVI



Fonte: Dados da COPAVI, 2006

O Gráfico 6 mostra o valor das vendas de acordo com as culturas, e, mesmo com a atividade da cana no histórico da cooperativa até o ano de 2005, o que gerou maior rentabilidade para a COPAVI foi a cultura do leite, que, nos três anos, gerou uma renda de R\$ 618.019,22, conforme aponta o Gráfico 7, que demonstra o somatório das vendas do período analisado. Ou seja, uma participação de renda de 55% da movimentação financeira da cooperativa.

GRÁFICO 7. Valor Total das Vendas (R\$) no Período de 2002 a 2005 da COPAVI



Fonte: Dados da COPAVI, 2006

Conforme observado na Tabela 12, a agregação de valor, considerada como a movimentação monetária, devido à agroindustrialização da matéria-prima realizada na COPAVI, é expressiva. A cana-de-açúcar gerou uma movimentação aproximada de 458%, e a cultura do leite agregou um percentual de 64,1%.

TABELA 12. Valor Agregado à Produção Agropecuária da COPAVI

Matéria-prima (MP)	Receita da venda da MP (R\$)	Derivados	Receita bruta da venda dos derivados	Valor agregado (R\$)
Leite*	67.620,00	Leite, Iogurte	178.586,00	110.966,00
Cana-de-açúcar**	32.500,00	Açúcar Mascavo, Melado de Cana, Cachaça	213.670,00	181.170,00

Fonte: dados da pesquisa

*A produção é de 161 mil litros de leite anual, com preço médio na região de R\$ 0,42/litro.

**A produção média anual de cana-de-açúcar é de 1,3 mil toneladas e o preço *in natura* praticado na região é R\$ 25,00/toneladas.

A agregação de valor permite aos assentados um fluxo regular de renda a partir da combinação e planejamento das vendas desses produtos. Foi graças à construção das agroindústrias que se pôde agregar valor à matéria-prima e intensificar as vendas da COPAVI.

Como a COPAVI possui um caráter coletivo, todos primam pelo desenvolvimento de todos. Quem mora no assentamento tem de cumprir as normas internas de funcionamento estabelecidas no regimento interno. Apesar das diferenças entre os cooperados, existe um objetivo comum e, quando surgem problemas mais sérios de relacionamento, esses problemas são discutidos nos núcleos das famílias. A agregação de valor praticada pelo assentamento está alicerçada na organização da COPAVI, na diversificação das atividades agropecuárias, realizadas de forma agroecológica, na agroindustrialização, associada à inserção no mercado. A agregação de valor, neste caso, acontece em todo o conjunto das atividades, da produção agropecuária à comercialização.

Na tabela abaixo, demonstra-se a evolução das sobras monetárias distribuídas às famílias, que passou de R\$ 59.250,00 em 2002 a R\$ 130.431,00 em 2005. O valor por trabalhador/mês, que era, em 2002, de R\$ 133,44, em 2002 foi, em média, de R\$ 258,79. A distribuição de sobras tem correspondido em média a 32% da receita total no período 2002 a 2005.

TABELA 13.- Receita Total da COPAVI, Média de Trabalhadores, Sobras Distribuídas e Valor da Hora Trabalhada – 1994 a 2004.

Ano	Receita Total (R\$)	Número médio de trabalhadores	Sobras distribuídas (R\$)	Valor por trabalhador (R\$)	Hora trabalhada (R\$)
2002	189.185,55	37	59.250,00	1.601,35	0,56
2003	213.529,55	39	80.725,00	2.069,87	0,72
2004	301.776,60	38	99.500,00	2.618,42	0,91
2005	402.597,00	42	130.431,00	3.105,50	1,08

Fonte: Dados da COPAVI, 2006.

Somando-se à renda monetária, cada família recebe leite, carne, hortaliças e outros alimentos da produção do assentamento, em quantidade suficiente para o consumo. A quantidade recebida é calculada de acordo com o tamanho da família. Segundo dados da cooperativa, estima-se que o autoconsumo representa 45% do que a família recebe de sobras monetárias mensais.

Neste ano (2006), está sendo distribuído entre os cooperados o valor de R\$ 10.000,00 por mês, como adiantamento das sobras. Fazendo uma conta simples, visto que são 20 famílias, tem-se uma média de R\$500,00 mensais/família, de adiantamento de sobras. No balanço anual com o acerto de sobras, cada família recebe uma média mensal de R\$100,00. Considerando essa média de sobra monetária mensal, o autoconsumo (fora o almoço e café) está em torno de R\$

225,00 família/mês. Isto tudo somado resulta em torno de R\$ 825,00 de renda familiar mensal.

Na COPAVI, a remuneração do trabalho é calculada por hora trabalhada. Essa foi a forma encontrada para fazer a distribuição das sobras. O valor da hora trabalhada evoluiu de R\$ 0,24 centavos de real para R\$1,09 no período entre 1994 e 2004.

TABELA 14 - Comparativo da Renda dos Cooperados da COPAVI com o Salário Mínimo do Brasil e os Rendimentos dos Domicílios Rurais do Paraná.

Valor salário mínimo brasileiro - 2006	R\$ 350,00
Rendimento monetário e não monetário médio mensal familiar dos domicílios rurais no Brasil*	R\$ 466,28
Valor salário mínimo paranaense - 2006	R\$ 427,00
Renda média mensal da PEA, domicílio urbano no Paraná, 2002**	R\$ 654,00
Renda média mensal da PEA, domicílio rural no Paraná, 2002**	R\$ 287,00
Penda <i>per capita</i> média do Paraná ***	R\$ 321,39
Estimativa de rendimentos das famílias do assentamento (2006) **** Renda média monetária: R\$ 500,00 Renda não-monetária: R\$ 225,00 Acerto de sobras: R\$ 100,00	R\$ 825,00

Fonte: *IBGE. Pesquisa de orçamentos familiares, 2002/2003

**IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios

***PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

**** Dados da Cooperativa de Produção Agroindustrial Vitória.

Segundo o IBGE (2003), em 2003, no Paraná, das 18,79% das pessoas de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas nos domicílios rurais - na semana de referência da pesquisa - 6,21% não tinham rendimento e 10,45% recebiam até três salários mínimos. Apenas 2,04% recebiam mais de três salários mínimos. Comparando a renda do assentamento com os dados apresentados na tabela acima, a renda familiar do assentamento está acima da média dos demais dados analisados.

Considerando o valor do salário mínimo vigente em 2006 no Brasil, que é de R\$ 350,00, teríamos para o ano o valor de 2,35 salários mínimos em média por família da Cooperativa de Produção Agroindustrial - Copavi.

Por fim, conforme afirmam os associados da cooperativa, foram muitos os desafios enfrentados para alcançar o estágio atual, ao longo de todos esses anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta dissertação foi elaborar um estudo sobre o cooperativismo de produção agropecuária, pretendendo diagnosticar a viabilidade do cooperativismo para a agricultura familiar a partir de um assentamento rural coletivo. Com base nisso, foram definidos três objetivos específicos: 1) relacionar as práticas de inserção cooperativa com os princípios cooperativistas, tendo em vista a valorização do trabalho e da produção; 2) analisar a organização e as formas de participação da cooperativa em estudo; 3) verificar as relações de produção e distribuição da cooperativa, tendo em vista os resultados econômicos e sociais.

A partir daí, foram elaboradas duas hipóteses: i) a agricultura familiar é um conceito que se incorpora numa diversidade de situações específicas e particulares, inclusive o cooperativismo coletivo; ii) a cooperativa de produção agropecuária é uma forma de manter e viabilizar o agricultor familiar no campo.

Numa primeira conclusão, é pertinente considerar que o modelo analisado, o cooperativismo coletivo, sob a forma de cooperativa de produção agropecuária, apresenta-se como o que tem melhores possibilidades de realizar uma exploração intensiva, podendo proporcionar maior rendimento aos agricultores devido ao volume de produção e da agroindustrialização construída pela cooperativa, ou seja, essa modalidade de cooperativa busca sucesso no seu empreendimento através da união dos agricultores familiares.

Adotou-se, portanto, como objeto de estudo, a Cooperativa de Produção Agrícola Vitória (COPAVI), onde foi possível perceber a importância da organização social e produtiva e o uso de ferramentas gerenciais de forma

cooperada e coletiva, que otimiza a viabilidade econômica dos empreendimentos.

A COPAVI, surgida através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, numa área de 256,52 ha, as famílias iniciariam a agregação de valor na propriedade, onde, a partir 10 de julho de 1993, deram início à cooperativa, trabalhando tanto na dimensão produtivo-econômica, quanto nas áreas social e política, subordinando-se às diretrizes do MST.

Deste modo, a condução da pesquisa junto à cooperativa produziu resultados que confirmam as hipóteses formuladas inicialmente, ou seja, a agricultura familiar é um conceito que se adapta a uma diversidade de situações específicas e particulares, inclusive o cooperativismo coletivo, e também que a cooperativa de produção agropecuária é uma forma de sustentar o agricultor familiar no campo.

Diante desse quadro, numa primeira conclusão, analisada através da pesquisa bibliográfica, as práticas de inserção cooperativa com os princípios cooperativistas têm como objetivo a valorização do trabalho e da produção. Assim, constatou-se que, ao se unirem com um objetivo comum para atender cooperativamente às suas necessidades imediatas de ordem econômica e social, os indivíduos estabelecem entre si direitos e deveres iguais aos que orientam o princípio de “um homem igual a um voto”, e não pela quantidade de capital investido na organização.

Sendo assim, as cooperativas podem, portanto, ser caracterizadas como um instrumento a ser utilizado na defesa e na promoção dos interesses dos setores menos competitivos e de baixa renda, encaixando-se, nesse contexto,

também, o agricultor familiar, que pode encontrar no trabalho coletivo um dos modelos para que os seus interesses sejam efetivamente atendidos.

Para além da confirmação das hipóteses, cabe ressaltar que, dentro das diversas situações em que a agricultura familiar pode buscar viabilidade, o estudo evidencia que a organização e as formas de participação da cooperativa num ambiente coletivo - fundamentado num processo de planejamento do espaço e das ações - possibilitam a materialização de estruturas produtivas e de suporte, transformando uma área pequena em lugar de morada e geração de renda agropecuária para as 20 famílias assentadas.

Para viabilizar a sua sobrevivência, as famílias buscaram especialização da mão-de-obra e promoveram a divisão do trabalho, onde as tarefas foram divididas em grupos e o resultado da produção entre todos; não havendo diferenciação entre a remuneração das atividades administrativas e da lavoura.

A cooperativa focada na possibilidade de encontrar viabilidade para as famílias que a formam, deliberou por adotar caráter empresarial para a agricultura, por meio do qual os elos com o mercado se tornaram mais efetivos, e os recursos para a produção da cooperativa tiveram fluxo corrente maior.

Assim, a partir de 2002 pôde ser observada uma grande variação no aumento de produtos e do volume produzido, sendo o patrimônio da cooperativa estimado, atualmente, em R\$1.020.431,00, patrimônio do qual foram investidos R\$ 130.431,00 de recursos próprios; já os recursos obtidos a fundo perdido somam R\$ 199.000,00, e de investimentos em bancos constam de R\$ 691.000,00.

No que se refere ao salário médio das famílias que compõem a cooperativa, verificou-se que está acima da média do mercado paranaense, pois resultou em torno de R\$ 825,00 de renda familiar mensal, sendo que, no Estado do Paraná, a média de renda mensal urbana é de R\$ 654,00, e da área rural o valor é de R\$ 287,00.

Por fim, é possível concluir que a melhoria do padrão de vida dos trabalhadores sócios da COPAVI foi ascendente, apresentando-se como uma das alternativas de sobrevivência para a agricultura familiar. Ou seja, é uma forma de cooperação coletiva para sobreviver no mercado capitalista.

Com efeito, espera-se que a análise apresentada nesta pesquisa, através de um modelo de agricultura familiar, permita contribuir para a evolução desse segmento, com a formulação de novas pesquisas e estudos sob diferentes realidades de adaptação do agricultor no ambiente capitalista.

Vale ressaltar, pela observação de campo e pela análise de experiências cooperativistas, que tal forma de organização cooperativa e otimização do trabalho coletivo só é possível quando as famílias se adequarem ao sistema e apresentarem o mesmo ideal, pois, nesse sistema, não há diferenciação entre as pessoas: todos têm os mesmos direitos e o mesmo valor econômico e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Anpocs/Unicamp/Hucitec, 1992.

Abramovay, R. **Bases para a formulação da política brasileira de desenvolvimento rural: agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Relatório de Pesquisa, 1998.

ALENTEJANO, P. R. **O sentido da reforma agrária no Brasil dos anos 90**. Cadernos do CEAS, Salvador, n.166, p. 19-35, nov./dez. 1996.

ARAUJO e SCHUH. **Economia rural**. São Paulo: McGraw-Hill, 1977.

Azevedo, E. **A maioria no campo vive abaixo da linha da pobreza**. O Estado de São Paulo, Geral, A17, 22/11/1998.

BAPTISTA, D. M. T. O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas da pesquisa. In: Martinelli, M. L. (org). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

BERGAMASCO, S. M e NORDER, L. A. C.. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BIALOSKORSKI NETO, S. Agronegócio cooperativo. In: BATALHA, M. O. (Coord.). **Gestão agroindustrial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001. p. 628-654.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos, v. 95).

Bourdieu, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

BRUM, A. J. **Reforma agrária e política agrícola**. Ijuí: Livraria Unijuí Editora, 1988. Coleção Ciências Sociais, 6.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

CARVALHO, H. M. **A interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de Reforma Agrária no Brasil**. Curitiba: NEAD, 1999.

CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil. Disponível em: < <http://www.concrab.org.br> > . Acesso em: abr. de 2006.

CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil. **A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST**. São Paulo: CONCRAB/MST, 1999. 39 p. (Cadernos de Cooperação Agrícola)

CONCRAB (1998). **Sistema Cooperativista dos Assentados**. Caderno de Cooperação Agrícola nº5 – 2º edição – junho/1998.

COPAVI. **Regimento Interno**. Paranacity. 2002

CORADINI, O. L.; FREDERICQ, A. **Agricultura, cooperativas e multinacionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

CULTI, M. N. Sócios do suor: cooperativas de trabalho. In: **O mundo do trabalho e a política**. Maringá: EDUEM, 2000.

DALLABRIDA, V. R. **O desenvolvimento regional**: a necessidade de novos paradigmas. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.

ELICHER, M. J.; CORRÊA, W. K. Trabalho familiar e a produção de hortaliças na Guarda do Cubatão – Palhoça/SC In: XV ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. **A questão agrária na virada do século**. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Vol. I. Pres. Prudente/São Paulo, 4 a 8 de dezembro de 1998. p. 235-236.

ESTERCI, N. Assentamentos rurais: um convite ao debate. In: ABRA (Associação Brasileira Reforma Agrária). **Assentar, assentados e assentamentos** – solução ou atenuante. Campinas: ABRA, 1992. p. 7-15.

FABRINI, J. E. **Assentamentos de trabalhadores sem-terra**: experiências e lutas no Paraná. Cascavel: Lgeo, 2001.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar**. Brasília: FAO/INCRA, 1994, 98 p.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FREIRE, L.; LAGANA, L. Organização Internacional do Trabalho. **Cooperativas**: mudanças, oportunidades e desafios. Brasília: OIT, 2001.

GORGES, F. S. A.; STEDILE, J. P. (orgs.). **Assentamentos**: resposta econômica da Reforma Agrária. Petrópolis: Vozes, 1991.

GEORGE, Pierre. **Geografia rural**. São Paulo: Difel, 1982.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, M. da G.. **Conselhos gestores e participação sócio-política**. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 84).

Gohn, M. da G. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2000.

GONÇALVES, J. S.; VEGRO, C. L. R. **Crise econômica e cooperativismo agrícola**: uma discussão sobre os condicionantes das dificuldades financeiras da

Cooperativa Agrícola de Cotia. Agricultura em São Paulo, SP, 1994. Disponível em: <<ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/ASP4-0294.pdf>>. Acesso em: maio 2006.

Gumieiro, A. **Uma análise das desistências das famílias associadas na Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda - COPAVI (Paranacity/PR).** Curso de Especialização em Administração de Cooperativas. ITERRA/UNISINOS/UNB, Brasília, 1999.

INCRA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Novo retrato da agricultura familiar.** O Brasil redescoberto. Brasília: MDA/INCRA, 2000. 74 p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 1º jun. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA E GEOGRAFIA. **Censo agropecuário 1995.** Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 1º jun. 2006.

IPARDES: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br>>. Acesso em: 1º jun. 2006.

ITESP, São Paulo. **Mediação no campo:** estratégias de ação em situações de conflito fundiário. Série Cadernos Itesp, nº 6, São Paulo: ITESP, 1998.

KAUTSKY, K. **A questão agrária.** Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

LAGES, V. N. Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável: questões para o desbato. In: XIV Encontro Nacional de Geografia Agrária. **A questão agrária na virada do século.** Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidene Prudente, São Paulo, 1998. p. 31-42.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A.. **Técnicas de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1999.

LAMARCHE, H. (Coord). **A agricultura familiar.** São Paulo: UNICAMP, 1993.

LEITE, S. Assentamento Rural. In. MOTTA, M. (org). **Dicionário da terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 43-45.

MAIA, Isa. **Cooperativa e prática democrática.** São Paulo: Cortez, 1985.

MEDEIROS, L. et al. (Orgs.). **Assentamentos rurais:** uma visão multidisciplinar. São Paulo: UNESP Editora, 1994.

MENDONÇA, S. R. **A política de cooperativização agrícola do Estado brasileiro (1910-1945).** Niterói: EdUFF, 2002.

MOURA, Valdiki. **Abordagem de reforma agrária.** São Paulo: Pioneira, 1968.

MST. Disponível em:<<http://www.mst.org.br/setores/producao/4.htm>>. Acesso em: abr. 2006.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **A cooperação agrícola nos assentamentos.** Caderno de Formação. São Paulo. nº. 20, abr. 1993.

MST - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Sistema Cooperativista dos Assentados.** (Caderno de Cooperação Agrícola nº 5). São Paulo, 1997

MST/ CONCRAB. **Quatro anos organizando a cooperação.** São Paulo: Concrab, 1996.

NAVARRO, Zander. “Mobilização sem emancipação” — as lutas sociais dos sem terra no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 189-232.

NEVES, D. P. Agricultura familiar. In. MOTTA, M. (Org). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 23-26.

OCB, **Organização das Cooperativas Brasileiras**. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/ocb/DesenvolvimentodeCooperativas/Ramosd_oCooperativismo/tabid/80/Default.aspx>. Acesso em: maio 2006.

OCEPAR - Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. Disponível em: <www.ocepar.org.br>. Acesso em: abr. 2006.

OLIVEIRA, A. U. de. **A longa marcha do campesinato brasileiro**: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. Estud. av., São Paulo, v. 15, n. 43, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: maio 2006.

OLIVEIRA, A. U. As contradições no campo brasileiro. In: Horácio Martins de Carvalho (Org.). **O campesinato no século XXI**. 1º ed. Petrópolis, RJ: 2005.

PEREIRA, J. A. **Associações agrícolas**. Coleção Agricultura Moderna. Clássica Editora. s.d.

PEIXOTO, G.N.A. **Uso de recursos administrativos e sua associação com algumas variáveis pessoais do produtor de leite do sul do Estado de Minas Gerais**. Lavras: ESAL, 1979. 93 p.

PINHO, Diva Benevides. O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro. In: **Manual de Cooperativismo**, vol. 1, CNPq, São Paulo, 1982.

PINHO, Diva Benevides. **Doutrina cooperativa**. São Paulo: DAC/SAESP/INESP, 1976.

RICCIARDI, L.; JENKINS de Lemos, R. **Cooperativa, a empresa do século XXI: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos**. São Paulo: LTr, 2000.

- ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil**: o que há de novo no limiar do século XXI? *Economia*, v. 2, n. 1, p. 73-106, jan./jun. 2001.
- ROSSIAUD, J.; SCHERER-WARREN, I. **A democratização inacabável**: as memórias do futuro. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- SAY, J. B. **Tratado de economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SCHALLENBERGER, E. **O Guairá e o espaço missionário**: índios e jesuítas no tempo das missões rio-platenses. Cascavel: Cultura do Saber, 2006.
- SCHALLENBERGER, E. Cooperativismo. In: MOTTA, M. (org). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 128-132.
- SCHALLENBERGER, E.; HARTMANN, R. H.. **Nova terra, novos rumos**: a experiência de colonização e povoamento na grande Santa Rosa. Santa Rosa: Barcellos Livreiro e Editor, 1981.
- SCHNEIDER, J. O. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. São Leopoldo: UNISINOS, 1991.
- SCHNEIDER, J. O. O panorama mundial, nacional e estadual do cooperativismo. In: **Perspectiva Econômica**. São Leopoldo, v.12, n. 38, 1982.
- SCHMIDT, D.; PERIUS, V.. Cooperativismo e cooperativa. In: Cattani, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- SHANIN, T. **A definição de camponês**: conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista. *Estudos CEBRAP*, 1990. nº 26, p. 42-80.
- SILVA, A. A. **Política social e cooperativas habitacionais**. São Paulo: Cortez, 1992.
- SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SINGER, P. **A Economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.
- SINGER, P.. Possibilidades da economia solidária no Brasil In: CUT BRASIL. **Sindicalismo e economia solidária**: reflexões sobre o projeto da CUT. São Paulo: CUT, 1999. p. 51-60.
- SZMRECSÁNYI, T. **Pequena história da agricultura do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1990.
- TODARO, M. **Introdução à economia**: uma visão para o terceiro mundo. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

TOSCANO, L. F. **Agricultura familiar e seu grande desafio**. Diário de Votuporanga, Ano 50, nº 12.769, 9 de outubro de 2003, p. 2. Disponível em: <<http://www.agr.feis.unesp.br/dv09102003.htm>>. Acesso em: maio 2006.

VALADARES, J. H. Cooperativismo e capitalismo In: **Curso de Formação de Dirigentes de Cooperativas**. FORMACCOP, Curitiba, 1990.

VEIGA, J. E. da. Problemas da transição à agricultura sustentável. **Estudos Econômicos**, volume 24, número especial - 1994, p. 9-29.

VEIGA, J. E. da. **A opção pela agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

VEIGA, S. M.; FONSECA, I.. **Cooperativismo**: uma revolução pacífica em ação. Rio de Janeiro: Fase, 2001.

WANDERLEY, M. de N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **Anais do II Encontro de Pesquisa sobre A Questão Agrária nos Tabuleiros Costeiros de Sergipe – Agricultura Familiar em Debate**, 1997.

WOLF, E. R. **Sociedades camponesas**. 2^a ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 1976.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. São Paulo: Bookman, 1994.